

Trabalho de projecto
“Lisboa – É Uma Casa,
Uma Etnografia Visual com Pessoas que Viveram na Rua”

André Duarte Leiria

Trabalho de Projecto
de Mestrado em Antropologia – Culturas visuais

Versão corrigida e melhorada após defesa pública.

André Duarte Leiria, “Lisboa – É Uma
Casa, Uma Etnografia Visual com Pessoas
que Viveram na Rua”, Novembro 2019

Novembro 2019

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Culturas Visuais realizado sob a orientação científica da Professora Dra. Catarina Alves Costa (FCSH-NOVA) e coorientação da Professora Dra. Maria Manuel Quintela (ESEL)

Novembro, 2019

“A Casa ... é ... o lugar humano de último retorno”

John Hollander

À minha mãe,

A todos os beneficiários da Associação Crescer

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Hélder, pela amizade, disponibilidade e inclusão na Associação Crescer;

À Soraia Cunha, pela ajuda, esclarecimento e disponibilidade;

À Associação Crescer, pela missão solidária e honesta;

Ao Carlos, pela sua disponibilidade e amizade;

À Professora Catarina Alves Costa, pela orientação e pela clareza metodológica;

À Professora Maria Manuel Quintela, pela clareza antropológica e pragmatismo;

Ao meu pai, pela ajuda de compreensão do mundo e de mim próprio;

Ao José Ferreira, pela sua luta em defesa da dignidade humana;

Às técnicas e técnicos da Associação Crescer, pela ajuda e articulação.

“Lisboa – É Uma Casa. Uma Etnografia Visual com Pessoas que Viveram na Rua”

Trabalho de Projecto

André Duarte Leiria

Resumo

Este projecto resulta de uma etnografia que envolveu uma aproximação à vida de pessoas em antiga situação de sem abrigo e de onde surgiu a realização de um filme etnográfico, no qual podemos aceder aos seus testemunhos e vivências. O trabalho de campo incidiu no projecto social chamado “É Uma Casa, Lisboa Housing First” da Associação Crescer que, através de um modelo de Housing First, tem como objectivo oferecer a pessoas em situação de “estado crónico” de sem abrigo a possibilidade de viverem numa casa, tentando assim a sua reintegração social. Neste projecto explorou-se a relação entre a subjectividade do sofrimento social (Pussetti e Brazzabeni, 2011), e a construção subjectiva da esperança (Barnard, 1995), em que o estigma e a discriminação têm um papel marcante, tanto no modo como se manifestam como quanto à forma de os combater. Em termos teóricos, trata-se de entender o conceito de esperança e perceber como este poderá sofrer alterações para os actores sociais durante o processo de acção do projecto social. Foi também importante interpretar o conceito de casa e a sua relevância na construção da vida e da esperança. A pesquisa é de natureza etnográfica, usando a observação participante como metodologia, com um contacto próximo e o estabelecimento de relação entre observador-observado com os diferentes actores sociais. No âmbito dessa investigação etnográfica e da noção de Antropologia Visual, surge a realização de um objecto visual, no formato de documentário, que expõe momentos e conversas íntimas com pessoas que viveram muitos anos na rua e vivem agora ao abrigo de uma casa.

PALAVRAS CHAVE: antropologia, sofrimento social, estigma, Lisboa, esperança

Abstract

This project is a result of an ethnography that involved an approximation to the lives of people that used to be in a homeless situation and from it arises an ethnographic film where we can access their testimonies and life experiences. The fieldwork focused on the social project called “É Uma Casa, Lisboa Housing First” created by Associação Crescer that, making use of a Housing First model, has the objective of offering the possibility of living in a house to people that are in the “chronic state” of homelessness, trying to accomplish their social reintegration. This project explores the relation between the subjectivity of social suffering (Pussetti and Brazzabeni, 2011), and the subjective construction of hope (Barnard, 1995), where stigma and discrimination have a striking position, either in the way they manifest, as how they are fought. The theoretical baseline is to understand the concept of hope and realize how this can change to the social actors, while during the action of the social project. It was also important to interpret the concept of home and its relevance on the construction of life and hope. The nature of the research is ethnographic, with the use of the participant observation as methodology, with a close contact and establishment of relation between observer-observed, with the different social actors. As part of this ethnographic investigation and with the notion of Visual Anthropology, emerges the production of a visual object, in the format of a documentary film, that exposes moments and intimate conversations with people that lived many years on the streets and are now under the shelter of a home.

KEY WORDS: anthropology, social suffering, stigma, Lisbon, hope

ÍNDICE

Introdução.....	8
 Capítulo I – A vida na rua: perspectivas teóricas	
1.1 Situações de sem abrigo: análise de conceitos.....	11
1.2 O sofrimento social.....	14
1.3 O estigma de “sem abrigo”.....	17
1.4 A esperança.....	22
1.5 A casa.....	25
 Capítulo II – Metodologia	
2.1 Metodologias e objectivos.....	28
 Capítulo III - Descrição etnográfica	
3.1 O espaço – a <i>Associação Crescer</i>	33
3.2 O projecto – “ <i>É uma casa – Lisboa Housing First</i> ”.....	35
3.3 O filme: o processo e o trabalho de campo.....	36
3.4 Questões éticas.....	42
 Conclusão.....	 45

Introdução

Este relatório de projecto resulta essencialmente do filme etnográfico “Para Além da Margem”, em que o som e a imagem foram o principal método de pesquisa e investigação. Nele tentou-se dar conta do processo de realização do trabalho de pesquisa e do filme - o produto final dessa pesquisa. Com o uso de elementos audiovisuais de cariz antropológico, foi feito um acompanhamento ao quotidiano de realidades que me eram algo desconhecidas; pessoas que viveram muitos anos na rua e que, com a ajuda do projecto “É uma casa, Lisboa Housing First” da Associação Crescer, têm cada uma a sua casa e encontram-se em processo de reabilitação social. Participaram no filme 4 beneficiários e uma psicóloga da associação e, nesta aproximação a esta associação e à vida dos beneficiários, criaram-se relações intersubjectivas que permitiram a compreensão e interpretação desta realidade social (Barbosa, 2014). De facto, a Antropologia Visual, enquanto método centrado na ideia de inter subjectividade, consegue encontrar caminho para, analisada num contexto específico, ser também teoria, ou seja, criar conhecimento (Barbosa, 2014).

Partindo assim da ideia de fazer uma abordagem visual a esta temática, entrou-se em contacto com a Associação Crescer, que tem o projecto de cariz social “É uma casa”, no verão de 2018. A missão deste projecto¹ é contribuir para a erradicação das situações crónicas de sem abrigo na cidade de Lisboa. A associação tem outros projectos de acompanhamento de pessoas em situações vulneráveis e de sem abrigo e de promoção das suas condições de vida. O projecto “É uma casa”, contacta com pessoas em situação crónica de sem abrigo e, através de uma aproximação e criação de relação, tentam disponibilizar uma transição para uma casa, com um respectivo acompanhamento e apoios sociais e psicológicos. Nesta análise, iremos articular o conhecimento adquirido no contacto com esta realidade – os dados empíricos – com as leituras que nos permitiram complexificar e definir o enfoque teórico.

Considerou-se importante começar por encontrar definições do fenómeno dos indivíduos em situação de sem abrigo e, partindo de visões antropológicas do sofrimento (Frangella, 2004 e Pussetti e Brazzabeni, 2011), conhecer a percepção da realidade destes e dos modos como estas pessoas se “desvincularam” de laços sociais (Aldeia, 2011). E, neste sentido, compreender como podem estar sujeitas a estruturas sociais violentas e

¹ Website da Associação: <http://crescer.org/projetos/e-uma-casa/>

discriminatórias. Dentro dessas estruturas, também importa então perceber como o estigma poderá estar relacionado com a existência de possíveis barreiras sociais (Goffman, 1988). Num terceiro momento, torna-se importante discutir o conceito antropológico de casa (Aldeia, 2013), à luz de uma antropologia da esperança (Barnard, 1995), a fim de poder analisar possíveis relações entre noções de casa e de esperança para os diferentes atores sociais, principalmente para os beneficiários. No filme e na etnografia escrita, também se explorou a noção individual de esperança ao longo do processo de envolvimento dos beneficiários no projecto “É uma casa”.

Foi preciso entrar por dentro da visão que os actores sociais possuem sobre as suas vidas e as vidas das pessoas que os rodeiam, com os problemas, dificuldades e experiências que encontraram ao longo da vida, para perceber a maneira como eles lidam hoje com o mundo próximo deles, na cidade de Lisboa, dando maior importância às suas subjectividades e individualidades. Como dizem Biehl, Good e Kleinman, “Somos então desafiados a alargar as possibilidades de inteligibilidade social que os pacientes psiquiátricos lutam por resolver.” (Biehl, João, Byron Good, and Arthur Kleinman, 2007, p.241). O desafio é procurar compreender uma inteligibilidade subjectiva de uma certa esperança nas pessoas com quem nos propusemos a trabalhar. Aqui, os autores apenas se referem aos pacientes psiquiátricos, mas neste projecto pretendeu-se fazer uma análise similar às pessoas em “condição crónica” de sem abrigo. Para definir o que pode ser essa condição crónica, o Doutor Hélder Trigo, co-fundador da associação Crescer, explicou numa conversa informal que uma pessoa está em situação crónica de sem abrigo quando já não tem quaisquer respostas sociais e estruturais à sua situação; está há vários anos nessa situação e não tem qualquer perspectiva de sair da rua.

Com estes objectivos, pretendeu-se, através do método etnográfico, explorar o interior psicológico, as histórias de vida e alguma voz social e política de quatro beneficiários, o Bartolomeu, o João Paulo, o Dalibor e o Jacinto. Para tal, foi realizada observação-participante na Associação Crescer, perto destas pessoas, e estabelecidas relações com os técnicos e outros beneficiários, que permitissem uma análise que privilegiasse a revalorização das suas biografias, para assim poder dar-lhes visibilidade, voz e agencialidade, combatendo a ausência das pessoas que experienciam a vida na rua da discussão pública (Aldeia, 2011). Este problema pode ser perpetuado por estudos quantitativos e políticas governamentais sobre o fenómeno; quando a quantificação é seguida duma análise estritamente estatística, numa perspectiva de “psiquiatrização” e

“patologização”, origina uma explicação e análise médica do fenómeno estando “as ciências sociais ainda ausentes da discussão na esfera pública” (Aldeia, 2011, p.6). Neste contexto, a presente investigação partiu para a descoberta de narrativas pessoais, nas quais, na interacção com os sujeitos, se criou conhecimento, com base na sua visão do mundo e da sua experiência de vida.

O primeiro capítulo do relatório aborda algumas perspectivas teóricas sobre a situação de estar sem abrigo e os contextos que daí podem surgir; com base numa revisão de literatura, discutem-se as suas possíveis subjectividades narrativas. Discutimos aqui os conceitos de estigma (Goffman, 1988) e de sofrimento social (Pussetti e Brazzabeni, 2011, Farmer, 2009 e Frangella, 2004), como eles se podem influenciar um ao outro e como a discriminação entra em acção, dentro das estruturas sociais. Após esta análise, abordamos o conceito de esperança (Barnard, 1995) como uma possibilidade na relação com a casa.

No segundo capítulo, é apresentada a metodologia usada, com base numa etnografia visual em que a imagem e o som dão visibilidade aos atores sociais e às suas casas.

No terceiro capítulo, faz-se uma descrição etnográfica, na qual, relata o envolvimento do investigador com os beneficiários na Associação Crescer; quais as dificuldades encontradas durante o trabalho de campo e como aconteceu o processo de criação de relação com estes actores sociais. Apesar de ter havido várias situações que não conseguimos captar em vídeo, são aqui relatadas por considerarmos que é importante o seu registo escrito. Neste capítulo, tenta-se retratar a realidade vivida na associação e com as pessoas que me ajudaram a desenvolver este filme e o projecto.

Apresentam-se brevemente aqui as pessoas que participaram no filme, porque, ao longo do primeiro capítulo, no qual se debatem perspectivas teóricas e antropológicas sobre as diferentes temáticas, optou-se pela descrição pontual de momentos do trabalho de campo que se consideram importantes para conjugar com a teoria. O Bartolomeu Rocha, no início das filmagens tinha 60 anos e, entretanto, fez 61, nasceu em São Tomé e Príncipe, mas mudou-se ainda em criança para Cabo Verde e só mais tarde para Portugal. Agora mora numa casa térrea. O Luís Paulo Neves tem 54 anos, foi criado na Meia Laranja e hoje mora perto da zona onde cresceu. O Dalibor Vrba nasceu na antiga Checoslováquia, tem 57 anos e mora numa casa térrea. O Jacinto Oliveira tem 64 anos, é dos Açores mas vive em Lisboa e a conversa com ele aconteceu numa sala da associação.

Capítulo I – A vida na rua: perspectivas teóricas

1.1 Situações de sem abrigo – análise de conceitos

As pessoas que moram na rua formam um grupo cujas vivências são diferentes de quem não mora na rua, representando “um segmento social particular no espaço urbano” (Rui, 2010, p.801). Porém, não é tanto o facto de viverem na rua que os define como pertencentes a uma categoria à parte da sociedade, mas mais o facto de se insirem num segmento social de precariedade. Existem diferentes motivos que levam uma pessoa a morar na rua; para cada pessoa, uma história diferente, várias subjectividades que, apesar de estarem contidas em sistemas mais amplos de violência, se movem nesses sistemas, vivendo-os de maneiras diferentes, com visões diferentes acerca do sofrimento, da vida e de esperança. Apesar das subjectividades inerentes à individualidade de cada um, “esse segmento social vive quotidianamente em contraposição às estratégias económicas e políticas que ideologizam as cidades contemporâneas – sobretudo as metrópoles” (Frangella, 2004, p.12), onde, indiscutivelmente, se posicionam em contextos habitacionais de rua não pensados à priori pelas cidades como sítios para moradores. Então, neste contexto de precariedade, as suas dinâmicas vivenciais podem levar a um estilo de vida marcado por diferentes formas de sofrimento; torna-se então necessário, para a inteligibilidade da narrativa de ser ou estar em situação de sem abrigo, conhecer a história do percurso que levou estas pessoas a irem viver na rua como um processo de uma “experiência que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a do se tornar um morador de rua” (Frangella, 2004, p.25).

Neste âmbito, interessa analisar os percursos individuais, lutas e dificuldades pessoais, perceber se podem ser comuns às pessoas nestas situações ou se diferem bastante entre si. A seguir, partimos para o percurso até à casa, através da intervenção da Associação e como esta casa poderá representar uma esperança, escondida ou não na consciência dos actores, e é necessário entender o que exprime essa esperança. Nesta dicotomia de esperança e sofrimento, entram em jogo diferentes variáveis sociais e relacionais que remetem para o que David Snow e Leon Anderson definem como “trabalho de identidade”; um trabalho que envolve uma tentativa de gerar identidades para fugir a estigmas, dando-lhes auto-estima e dignidade (Snow e Anderson, 1987). As pessoas que vivem na rua encontram-se no fundo de qualquer hierarquia social, “através de falhas estruturais, desvios inadvertidos ou desde o seu nascimento”, constituindo assim

“uma agregação de indivíduos humilhados e estigmatizados” pela sociedade (Snow e Anderson, 1987, p.1336). Eles podem ser vistos apenas pelos problemas que podem ter, enquanto seres humanos, como por exemplo: falta de motivação, consumos, desorganização, poucos ou quase nenhuns meios económicos; ou ameaças que possam representar para a comunidade, tais como crime, doenças e desmoralização. Estas situações acabam por ter um impacto negativo nas suas vidas, pois acabam por lhes dificultar quaisquer tentativas de se autovalorizarem.

Existem estudos que revelam tendência para a “materialização da presença de certas realidades produzidas pelo próprio processo de pesquisa” (Aldeia, 2012, p.133); o que condiciona a realidade analisada, impedindo a possibilidade de visualizar outras possíveis realidades. Nesta investigação procurou-se descrever, através do método etnográfico, algumas possibilidades de construção de outras realidades, problematizando a categoria social e analítica de ‘sem-abrigo’ tal como João Aldeia (2012) propõe no artigo *“Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada”*.

Não dando uma definição fechada e consensual sobre o fenómeno dos sem abrigo, pode afirmar-se que todas as definições têm em comum o facto de descreverem carências dos indivíduos, tais como “a falta de casa, de laços sociais, de dinheiro e de saúde física ou mental” (Aldeia, 2012, p.136). A situação de sem abrigo deve ser assim vista como um conjunto de situações de precariedade e vulnerabilidade, principalmente face à habitação. O acto de definir uma população em situação de sem abrigo cria uma realidade que representa uma categoria social e esta categorização acaba por desqualificar e retirar subjectividade aos indivíduos, sendo representados como um “grupo homogéneo, negando-se a enorme diversidade de situações, comportamentos, biografias e mundividências” (Aldeia, 2012, p.140). É aqui que “políticas públicas acabam por ignorar a real heterogeneidade empírica do fenómeno”, dirigindo-se a um ser abstracto produzido e não aos indivíduos (2012, p.140). Um estudo editado em 1999 pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil denominado *“Os sem-abrigo da cidade de Lisboa”* reflecte exactamente a criação desse ser abstracto. Esse estudo respondeu a um pedido da Câmara Municipal de Lisboa e teve o objectivo principal de identificar o número, o sexo e a faixa etária das pessoas sem domicílio fixo, a viver e a dormir nas ruas, com a preocupação de quantificação dos *sem-abrigo* da cidade de Lisboa. É explícito o desejo de quantificação e, ao longo deste documento, é usada constantemente a expressão com hífen “sem-

abrigo” a servir de adjetivo. Assim, assiste-se ao fechamento categórico destes indivíduos; estão na gaveta dos *sem-abrigo* e marcados como tal; é-lhes retirada a narrativa pessoal e são vistos como um número. No filme o Jacinto refere exactamente este aspecto quando diz que “infelizmente para as instituições oficiais a gente conta como números”.

Na Idade Média e Moderna as pessoas que viviam na rua eram remetidas para uma realidade à parte, onde “apareciam como um “outro”, fora da ordem social e da concepção de humanidade legitimada” (Frangella, 2004, p.53, 54) e essa ideia de marginalidade é reafirmada no mundo contemporâneo, no qual estas pessoas são vistas como “um sintoma e um símbolo das promessas falhas do progresso e da prosperidade” (Frangella, 2004, p.57).

Uma pessoa que viva na rua é, primeiramente, uma pessoa com poucos meios financeiros e com laços sociais e familiares quebrados (todos os actores sociais que beneficiam do projecto contaram-me histórias de relações familiares degradadas e sempre muito instáveis, alguns casos com rupturas mais radicais que outros). Esta falta de estrutura familiar acaba também por influenciar negativamente também questões profissionais pois, como o Bartolomeu disse, quando se separou da mulher perdeu toda a disposição para se dedicar a algo e alienou-se ainda mais na bebida apesar de já consumir álcool há bastante tempo. Quando estão na rua, estas pessoas encontram dificuldades no acesso à saúde, à medicação e à alimentação, bem como outras privações provenientes de uma grande falta de meios. Estas privações transformam-se num sofrimento maior pelo facto de serem vividas na rua. Existe também uma forte ligação entre consumos e pessoas que moram na rua; o Bartolomeu disse que nunca conheceu ninguém que vivesse na rua e não consumisse ou álcool ou outras substâncias psicoativas. A liberdade de escolha, na sociedade materialista, não é distribuída igualmente, e “é fútil tentar fingir que todos temos igual liberdade [...] como sabe o consumidor de substâncias, que está consciente da sua posição no fundo da hierarquia social” (Maté, 2008, p.289). Estas pessoas que moram na rua e consomem vivem num universo de privações, ostracizados da sociedade. As pessoas que contribuíram com as suas histórias para esta etnografia têm histórias diferentes de sofrimento, mas esse acaba por girar à volta das questões de laços sociais rompidos, consumos e de falhas estruturais.

Referir-se a alguém que more na rua como *sem-abrigo*, no discurso do quotidiano encontra justificação enquanto uma categoria social e termo generalizado no senso-

comum. Mas, empregue no discurso académico acaba por ser redutor, tipifica e fecha a pessoa ao estado em que ela se encontra nesse momento, contribuindo para a perpetuação desse mesmo estado e criação de uma categoria abstracta que encerra os indivíduos e as suas possibilidades. Portanto, optou-se por referenciar estas pessoas sem ligar a sua situação ao *ser*, rejeitando o nome *sem-abrigo*. Entende-se o fenómeno como uma situação que não é imutável, tendo como maior exemplo os actores sociais que agora vivem cada um na sua casa apesar de terem vivido muitos anos na rua.

1.2 O sofrimento social

É necessário analisar primeiro o conceito de sofrimento e como é que ele pode ser sentido e exprimido. Allan Young descreve dois significados amplos de sofrimento; um tipo de sofrimento associado a uma dor somática que é tornada consciente pelo sistema nervoso e um outro tipo de sofrimento que pode ser descrito como psicológico, existencial ou espiritual e tem uma dimensão social ou moral (Young, 1996, p.245). No entanto, o sofrimento “deve ser visto como um facto especificamente social [...] que não pode ser observado e explicado sem um entendimento de dinâmicas sociais que o provoquem e dos interesses políticos e económicos que o constroem, reconhecem e nomeiam” (Pussetti e Brazzabeni, 2011, p.468). São essas dinâmicas sociais que desenham processos históricos que por sua vez geram sofrimento:

“o sofrimento social resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte [...] e é o resultado da limitação da capacidade de acção dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacte da violência estrutural no âmbito da experiência quotidiana” (Pussetti e Brazzabeni, 2011, p.469).

É esta premissa que servirá para entender como é que os indivíduos deste projecto passaram por diferentes etapas de sofrimento nas suas biografias e como é que esse sofrimento se pode carregar-se ainda nas suas vidas. O sofrimento social pode ser moldado por várias dimensões que se interligam; “questões da saúde, do trabalho, religiosas, políticas, morais, legais, éticas, culturais” (2011, p.470) e nestas dimensões é que se pode medir como é que desigualdades sociais podem afectar a vidas dos indivíduos.

Para se compreender como pessoas em situação de sem abrigo podem estar sujeitas a formas de sofrimento social é preciso uma aproximação, examinando as biografias

personais e experiências individuais do sofrimento em diferentes contextos, e entendendo como esses contextos podem estar sujeitos a moldes sociais mais amplos e percebendo narrativas subjectivas da dor, que podem surgir sob mecanismos complexos de “patologização, criminalização e exclusão social.” (2011, p.468). Partindo da investigação destes mecanismos mais abrangentes, caminha-se para um mundo pessoal do sujeito fazendo um contraponto entre a sua biografia e enclausuramentos mais amplos, onde o papel das emoções toma um cargo importante nesta dicotomia estrutura-agência.

Neste seguimento, diferentes narrativas subjectivas das pessoas em situação de sem abrigo são representadas por violências cometidas por uma estrutura social que assenta em relações desiguais de poder. Estas desigualdades são primeiramente definidas pela falta de meios e por carências sociais que remetem estas pessoas para a base de uma pirâmide hierárquica onde a agencialidade é quase nula. Por exemplo, ao Jacinto faltam-lhe 2 anos para conseguir ter a reforma e não consegue pedir a reforma antecipada o que significa que vai continuar 2 anos a receber um subsídio que ronda os 130 euros. As regras que o impedem de obter a reforma antecipada representam uma violência estrutural que impossibilita que a sua experiência subjectiva seja levada em consideração. Existe uma estrutura onde ninguém tem a capacidade de atender à condição do Jacinto, está fechado num padrão de regras onde ele não está pensado.

A violência estrutural pode ser definida como um conjunto de “estruturas sociais perversas caracterizadas por pobreza e classes sociais desiguais” (Farmer, 2004, p.307) onde, sistematicamente e indiretamente, indivíduos de um certo grupo social encontrem situações de sofrimento e dor. O fenómeno das pessoas que vivem na rua inclui-se, indiscutivelmente, nestas estruturas, por representar, acima de tudo, pobreza e desigualdade social e por estarem no fundo da hierarquia social (Phelan et al, 1997) e como afirma Arthur Kleinman “Alguma característica distinguível, seja social ou biológica, pode servir de pretexto para discriminação e, então, causar sofrimento” (Kleinman et al, 1997, p.278). Segundo Paul Farmer, no seu ensaio *"On suffering and structural violence: A view from below."* (1996), no contexto de pobreza, encontra-se uma característica de agencialidade quase nula, não existem “efeitos protectores” de *status* baseado no género, raça ou orientação sexual, sendo os pobres as maiores vítimas de violência estrutural: os “socioeconomicamente pobres são a expressão infraestrutural do processo de opressão [...] outros grupos são a expressão supraestrutural do mesmo processo” (Farmer, 1996, p.24, 25), pois neste sentido a pobreza é o primeiro processo de

discriminação e só a seguir vêm outros como por exemplo discriminação racial. É bastante diferente ser um taxista negro do que uma estrela de futebol negro. Assim a pobreza está de mãos dadas com o sofrimento social e como tal, pessoas que vivem na rua e representam o expoente máximo de pobreza, sofrem sem voz nem agencialidade para saírem da sua situação.

O facto de viverem na rua carrega consigo dificuldades de acesso à saúde e à higiene e estes dois aspectos da vida humana tocam-se. Têm mais dificuldade em curar feridas ou lesões por terem menos capacidade de higienizar e lavar as feridas e por terem maior dificuldades de acesso a medicamentos. Têm de se mobilizar e empenhar mais se quiserem tratar da sua higiene, deslocarem-se a balneários públicos e organizarem-se para tentar ter roupa lavada. No entanto, depois destes esforços, na rua sujam-se muito mais rápido por estarem constantemente sujeitos a ambientes sujos e às hostilidades da rua. A vida na rua pode ser vista como um ciclo vicioso “por meio de um continuo processo de despossessão e subtracção material e simbólica” (Frangella, 2004, p.250). As vivências na rua têm repercussões de experiência radical que marcam fortemente pessoas que nela habitem, sejam marcas físicas e corporais, sejam marcas emocionais, psicológicas ou estruturais, onde entram em jogo “mecanismos de minimização, de apagamento, de eliminação” (Frangella, 2004, p.57). Pois a rua torna-se um lugar obscuro e desconhecido, caracterizado pela “condição de viverem nas margens das organizações sociais, profundamente desiguais, e de não poderem negociar os termos da própria existência” (Pussetti, 2011, 469). Todas as pessoas entrevistadas falam com mágoa da altura que viveram na rua, e contam como era difícil em várias situações sentirem-se discriminadas e marginalizadas, como por exemplo, acções de limpeza pública e policial que levavam a que fossem expulsas do sítio onde dormiam.

Estes fenómenos de marginalização e sofrimento causam sintomas sociais e de saúde, com resultados negativos no âmbito do físico, do psicológico, do social e do existencial; proximidade à doença, física e mental, afastamento social e solidão e questões relacionadas com o significado e o valor da vida. É nestes moldes de sofrimento que o habitante de rua deambula no seu dia-a-dia, por caminhos desconhecidos e atribulados, sujeitos ao constante afastamento social.

1.3 O estigma de “sem abrigo”

A primeira forma de percepção de alguém que more na rua é através dos sentidos da visão e do cheiro pois a “existência corporal do morador de rua é usualmente forte para que deixemos de percebê-la” (Frangella, 2012, p.65). Através do olfato podemos sentir o cheiro de uma pessoa que não tome banho há mais tempo e pela visão podemos ver pessoas a dormir na rua, a caminhar com roupas sujas e pele encardida ou com feridas (embora nem todas as pessoas que morem na rua demonstrem estas características elas acabam por ser frequentes). Apesar da diferente maneira como as pessoas que vivem na rua se cuidam, higienizam e vestem, quando forem dormir, ou ficam à vista ou optam por se esconderem e deslocarem-se para sítios mais inóspitos da cidade onde menos pessoas passem.

Uma pessoa que viva na rua está numa situação que, como já percebemos, revela carência de meios económicos e laços sociais o que, como também já se entendeu, causa sofrimento. Além disso, “um corpo tem de ocupar um lugar no espaço” como disse Raimundo Sobrinho, uma pessoa em situação de sem abrigo referida no ensaio de Taniele Rui (Rui, 2010, p.1). Pode-se pensar então a corporalidade do ser humano como inseparável do espaço que ele ocupa pois conjugam-se os dois. Um influencia o outro; o espaço influencia o corpo e vice-versa. Uma pessoa que tenha poucos meios financeiros e não consiga organizar-se para suportar todas as despesas inerentes à vida numa casa pode acabar por ir viver para a rua. Apesar desta premissa geral, cada indivíduo tem uma narrativa pessoal de como foi parar à rua. É aí então, que as pessoas que tiveram esse percurso têm de se reorganizar.

Algumas pessoas dão mais importância do que outras à questão da higiene; durante a minha pesquisa conheci um homem na casa dos 50 anos que viveu muitos anos numa lixeira e um outro que diz que nunca “ninguém percebia que eu era ‘sem abrigo’, o que demonstra diferentes maneiras de lidar com a situação de sem abrigo. A questão da degradação do aspecto físico é relevante para a criação do estigma. Pela maior dificuldade em se lavarem, prepararem e higienizarem, as pessoas em situação de sem abrigo podem destacar-se no meio urbano pela sua aspecto menos cuidado (Phelan et al, 1997, p.325). Estas dificuldades geram marcas e cheiros corporais, a “sujeira e a aparência abjeta e envelhecida – decorrentes da falta de lugar, do contacto constante com o asfalto sujo, da ausência de estrutura que permita práticas de higiene regulares, da depressão – emergem

em primeiro plano na corporalidade dos habitantes de rua” (Frangella, 2012, p.162). É neste ambiente de escassez que se encontram os traços duma identidade estigmatizada. O contacto próximo e constante com a rua traz marcas corporais que podem criar o que Simone Frangella define como uma forma de abjeção. Esta abjeção pode ser atenuada conforme o contexto individual de cada pessoa, mas estes contextos, na rua, são muito mutáveis; “uma mesma pessoa pode se acomodar na rotina dos banhos diários dos albergues e, semanas depois, ser encontrada dormindo suja nas ruas” (Frangella, 2012, p.166), mas o estigma da corporalidade faz prevalecer no público em geral um sentimento de abjeção face às pessoas que vivem na rua.

O estigma pode ser definido por uma pessoa que tenha uma característica desacreditadora que deteriora a sua identidade (Goffman, 1988) e “estudos anteriores sobre a relação entre pessoas em situação de sem abrigo e estigma referem que culpar essas pessoas por não terem abrigo é um facto histórico” (Phelan et al. 1997, apud Rayburn et al. 2013, p.160). Este facto histórico tem raízes em políticas criadas “entre os séculos 14 e 18 em Inglaterra, (*Poor Laws*) e políticas parecidas nos Estados Unidos que aplicaram várias medidas severas e estigmatizantes; pessoas mais desamparadas foram separadas da sociedade e relegadas a casas de trabalho (*workhouses*) que consistiam em sítios de trabalho onde as pessoas moravam e trabalhavam e lhes eram retirados os direitos de cidadão, famílias eram separadas e os trabalhos eram duros e humilhantes (de Schweinitz 1961; Feagin 1975, apud Phelan et al. 1997, p.324).”

Estas medidas criavam estigmas muito vigentes nessas pessoas que eram facilmente distinguíveis. Esta raiz histórica não é só característica dos Estados Unidos e do Reino Unido, pois um pouco por toda a Europa se sentiu o mesmo distanciamento face às classes mais pobres (Rayburn et al. 2013). É um facto histórico, mas não é imutável e, mais recentemente, o tratamento face a pessoas pobres tornou-se menos duro, mas mantém-se uma tendência para culpar as pessoas pobres pela sua situação, tanto pelas suas características comportamentais defeituosas, falta de esforço ou de talento, como pelo consumos de álcool e estupefacientes.

Atitudes estigmatizantes para com pessoas pobres que partam dessa culpabilização têm raiz em dois processos sociopsicológicos (Phelan et al., 1997, p.324, 325). O primeiro refere a estratificação hierárquica da sociedade como base ideológica de grupos dominantes e do grosso da sociedade que faz de quem está no fundo da pirâmide culpado por lá estar, pelas suas atitudes e escolhas na vida; a responsabilidade das pessoas que

estão no fundo legítima então a estratificação social. O segundo processo é uma tendência cognitiva de subestimar o poder que certas situações podem ter sobre o comportamento dos outros e então, sobrestimar o papel dos atributos individuais. Estes processos revelam percepções face aos pobres que dão uma ideia de como certas estruturas sociais podem estigmatizar estas pessoas (Phelan et al., 1997, p.325).

Existe também uma tendência do senso comum para associar a situação de sem abrigo à doença mental e ao abuso de substâncias (Link et al. 1995b, apud Phelan et al., 1997, p. 325). Para as pessoas em geral, a atitude face à doença mental inclui várias respostas negativas, como distância social, desconfiança e ideias de perigo, sujidade e falta de inteligência e estas atitudes acabam por ser muito parecidas relativamente a pessoas em situação de sem abrigo (1997, p.326). Então, reagem normalmente à pessoa em situação de sem abrigo da mesma maneira que reage a uma pessoa com uma doença mental, pois os padrões comportamentais face a um grupo e a outro assemelham-se. O abuso de substâncias está também relacionado com a situação de sem abrigo; todos os beneficiários do projecto *Lisboa É uma Casa* têm historial de consumos e em grande parte esses consumos tiveram impacto no percurso para a rua. O Bartolomeu, por exemplo, disse que todos os seus amigos e conhecidos que viviam na rua consumiam ou álcool ou substâncias psicoactivas.

Como estamos a verificar, pode encontrar-se um efeito bola de neve que faz com que uma pessoa a viver na rua sofra de várias maneiras de uma discriminação causada pelo estigma e então crie ainda mais raízes à rua, o que, por consequência, causa mais marcas estigmatizantes e assim sucessivamente. Além das marcas corporais “soma-se um desgaste emocional provocado pela sobrevivência na rua” (Frangella, 2012, p.164). Antropólogos que teorizam sobre emoção e cultura “geralmente assumem que as emoções são a base para construções motivacionais como necessidades, desejos e ambições” (Lutz & White, 1986, p.412) e é então compreensível que o desgaste emocional característico de viver na rua se traduza em falta de motivações e ambições, em que a construção emocional tem um importante papel na condução da motivação e da acção. Nestes contextos torna-se difícil para a pessoa afastar-se destes círculos. A maior dificuldade em obter condições de conforto, higienização e alimentação leva a uma maior desmotivação e perda de esperança, onde o sofrimento e o desespero tomam lugar e encontram respostas nos consumos que como referiu Bartolomeu são as únicas maneiras “para esquecer e conseguir dormir”. O universo das emoções está fortemente ligado ao universo dos

afectos; Lutz e White propõem que “as emoções contíguas à ligação com o outro representam necessidades universais que têm início na evolução do instinto pela proximidade dos cuidadores” (1986, p.411). Nesse sentido, quando vínculos relacionais são conseguidos, entram em jogo diferentes emoções como amor/ódio, inveja, ansiedade e medo, características dessa evolução e herança cultural da emoção que, por sua vez serve de base para a gestão da vida social. Ora, pessoas cujas vidas estão marcadas por laços sociais quebrados e histórias de separação, vêem as suas motivações instintivas de vinculação ao outro falhadas, estando sujeitas a um constante desequilíbrio emocional e respectiva perda de motivação.

O estado emocional dum indivíduo pode interferir nas suas relações sociais; “a emoção é vista como tendo relação com a estrutura social de diferentes maneiras” e assim “diferentes sistemas de significado emocional têm impacto nas relações sociais de cada indivíduo” (Lutz e White 1986, p.420). Neste contexto podemos perceber como a vivência na rua acarreta diferentes possibilidades de estigma e como acaba por causar estados emocionais negativos que alimentam ainda mais marcas estigmatizantes. Desse modo, perante tal acumulação de situações difíceis, uma saída da rua parece muito difícil e, por vezes, impossível; vários dos informantes declararam que quando foram abordados pela Associação *Crescer* inicialmente não confiaram neles, por já terem um histórico de relações quebradas e de várias tentativas de ajuda que deram em desilusão e, por isso, lidam com as pessoas com desconfiança. A premissa de receber uma casa ‘pareceu mentira’, como disse o Luís Paulo. O estigma poderá, num complexo sistema de interconexões, levar a situações discriminatórias, pois o estigma é algo que pode ser expresso ou sentido face a alguém, enquanto a discriminação já envolve uma acção de afastamento e rejeição (Parker, 2013). A diferença sentida pelo estigma pode levar a acções de rejeição. Mas também, se entendido e desconstruído, pode não chegar a manifestar-se em acções discriminatórias e permitir assim uma maior aproximação face às pessoas que carreguem o estigma para, mais tarde, conseguir apagar a ideia estigmatizante inicial. “O estigma [...] inibe o tratamento e pode aumentar ainda mais a já grande pressão social e psicológica imposta pelos sintomas da doença mental” (Casados, 2017, p306). Isto poderá ser um processo social mais amplo:

“O enfoque da violência estrutural permite-nos reconceituar a discriminação em relação à saúde não apenas como um resultado do estigma, do preconceito e da discriminação, mas como um produto de sistemas sociais fundamentalmente desiguais -

que redireciona a atenção sobre o que Link e Phelan (1995) têm descrito como as “causas fundamentais” da doença e nos leva a compreender a discriminação em relação à saúde não meramente como resultado do estigma ou do preconceito mas como resultado de estruturas sociais e económicas fundamentalmente desiguais” (Parker, 2013).

Existem muitas maneiras de um estigmatizado se relacionar com o estigma e com o mundo, mas em todos os exemplos “encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (Goffman, 1988, p. 14). A agencialidade e a participação social desvanecem-se quando os traços estigmatizantes sobressaem; “enquanto ‘sem-abrigo’ toda a possibilidade de desenvolver uma acção e/ou discurso que sejam reconhecidos como consequentes para a colectividade ou para o próprio indivíduo que age ou fala é negada” (Aldeia, 2013, p.2). No livro “Estigma” de Goffman o leitor percebe inúmeros exemplos de pessoas sujeitas a diferentes dinâmicas relacionadas com o seu estigma; existem várias atitudes face ao estigma, tanto da pessoa que o carrega como da pessoa dita normal. Ao longo das diferentes possibilidades, a pessoa estigmatizada responde de maneiras diferentes. Goffman fala-nos de algumas pessoas estigmatizadas que, por variados motivos, conseguem obter alguma representatividade dentro do grupo de pessoas com o mesmo estigma; por atingirem alguma posição mais visível destacam-se e podem apresentar-se perante algum público, variável no seu número, como um exemplo deles próprios, tornando-os de repente acessíveis para os “normais”. Foi também esta oportunidade que se quis proporcionar aos actores sociais do filme; oferecer-lhes visibilidade para representar e gerar agencialidade, contrariando o que se encontra na antropologia de Simone Frangella que percebe estas pessoas como símbolos de falha e onde Parker admite que um certo grupo de pessoas pode estar em “desvantagem sistemática” através de uma distribuição desigual de poder (Parker, 2013).

A agencialidade destas pessoas encontra caminhos diferentes: “é no deslocamento pelo centro da cidade que os habitantes de rua afirmam a sua existência, expressam sua subjectividade, criam possibilidades de agência, ainda que sob a marca do estigma da subtração e da deficiência.” (Rui, 2010, p.804). O estilo de vida de pessoas que vivem na rua pode ser determinado por uma “absoluta nudez da sua exposição à possibilidade de violência” e, neste contexto, a “noção de casa torna-se central para a compreensão da

própria vida na rua” (Aldeia, 2013, p.3). Estas pessoas acabam por ser frequentemente empurradas na direcção contrária ao do mundo dos ‘normais’ (Barnard, 1995, p.41); este processo pode ser identificado nas respectivas consequências do estigma de Goffman como inibidoras de pertença social (Goffman, 1988).

1.4 A esperança

Num contexto de reabilitação social é importante perceber que soluções possam existir e para quais dificuldades; “num mundo cheio de problemas, concentramo-nos (Antropólogos e colegas do autor) em motivos de sofrimento com esperança que a análise crítica de condições de sofrimento ilumine acções rectificadoras e encorajem mudanças transformativas” (Johnston, 2012, p.7). É a partir da interpretação da simbiose entre uma análise de sofrimento e, posteriormente, de esperança que se encontra a base teórica deste relatório de projecto; um diálogo entre uma visão do sofrimento (Pussetti e Brazzabeni, 2011) e outra atitude antropológica da procura da esperança (Barnard, 1995, Johnston, 2012).

Existem muitos casos nas artes, no cinema e na literatura, em que pessoas que moram na rua são representadas como visionários capazes de expor situações aos outros próximos dele que não conseguiriam sozinhos. Por exemplo, a icónica personagem Charlot, que em vários filmes carrega consigo críticas sociais e mensagens humanas muito fortes. As pessoas em situação de sem abrigo “parecem ver o que não é percebido. O sofrimento, o isolamento associados a esse mundo parecem torná-los portadores de sabedorias sobre a vida, sobre a dor e a veracidade dos valores e sentimentos [...] tornam-se também contadores das histórias nunca vistas, testemunhas dos crimes na rua, de aventuras estranhas pelo espaço urbano.” (Frangella, 2012, p.54)

Ao encontrarem-se dentro do mundo ambíguo das ruas, essa visão de dentro permite-lhes ter um maior conhecimento sobre a vida e a sociedade, através do qual ganham uma grande necessidade de contar as suas histórias e enunciar o seu sofrimento e as suas aprendizagens sobre moralidade e humanidade. Neste projecto ouviram-se muitas dessas histórias e delas sobressaía sempre uma esperança em relação ao futuro, uma esperança na melhoria da situação de mais pessoas que vivem na rua e da sociedade em geral. Esperança que nasce do sofrimento e das experiências por que já passaram pelos anos que viveram na rua.

Apesar da vida de um grupo poder estar enquadrada dentro de limites e condicionalismos estruturais da sua cultura a “capacidade para aspirar deverá ser uma capacidade social e coletiva onde as palavras como “empoderamento”, “voz” e “participação” não podem deixar de existir” (Appadurai, 2013, p.289). Através do conceito de imaginação de Appadurai (2013) o homem pode ganhar capacidade de ter voz e participar, e isto dá-lhe agência sobre o futuro da sua vida, em que o bem-estar e a alguma esperança se podem encontrar. Esta agencialidade pode estar ligada a uma ideia de bem-estar que pode representar uma esperança. Nota-se que uma grande parte da esperança pode encontrar sentido no processo já referido no capítulo 1.1 de autovalorização, através de mecanismos de construção e de reconstrução da identidade. Esta tentativa de reconstrução foi sentida ao longo do trabalho de campo pelos vários actores sociais, como um objectivo de, ao melhorar a sua autoestima e dignidade, conseguir atingir um bem-estar maior.

A questão de partida era perceber se podem os diferentes actores sociais construir um conceito de esperança, como algo que represente o que é mais desejável e digno da vida (Walker, Harry, and Iza Kavedžija, 2015) e como é que essa esperança pode encontrar estrutura numa casa como plataforma para uma maior organização, desejo de melhorar o estilo de vida e auto-estima. Os actores sociais da investigação que, além das pessoas que já estiveram em situação de sem abrigo, também envolvem de técnicos da associação têm diferentes interpretações de esperança, mas todos se resumem a uma procura de bem-estar, que encontra como primeira variável a possibilidade de ter uma casa.

Interessou assim, neste projecto, tomar como desafio um alargar das possibilidades de compreensão da vida destas pessoas, que se enquadram em padrões vivenciais de exclusão social procurando “proteger a alteridade através da reformulação e apropriação dos significantes culturais” (Biehl, João, Byron Good, e Arthur Kleinman, 2007, p.240) destas pessoas e procurar entender a sua subjectividade relacional com o mundo e com a sua situação e que mudanças serão possíveis ou impossíveis. Foi importante entender, através da criação de empatia com os informantes, que relação existe nas suas vidas, entre os conceitos de casa e esperança. “Com a noção de que uma análise holística dos problemas fica incompleta sem a visão da ausência desses problemas” (Johnston, 2012, p.7) torna-se necessário imaginar como seria uma realidade sem os problemas para que eles possam ser entendidos na sua plenitude, para conseguirmos perceber o que tais

problemas realmente afectam e como afectam, para poder então colocar o foco na esperança, onde ela se pode encontrar e qual o seu papel como potencial transformador social. A Antropologia sempre esteve bastante preocupada com os fins que os seus actores sociais almejam, muitos dos quais assentam ultimamente em complexas relações com a felicidade e como se estrutura a motivação e a acção (Walker e Kavedžija, 2015 p.2). Como já se referiu, as pessoas que vivem na rua chegam a situações de desmotivação aparentemente irreversíveis que lhes coloca em situações crónicas de sem abrigo e é na esperança de se reverter este processo que o projecto “É uma Casa, Lisboa Housing First” trabalha e onde os resultados têm sido surpreendentes (no Capítulo 3 discutem-se perspectivas sobre o impacto do projecto). Os actores sociais que participaram no filme relatam momentos de sofrimento e de dificuldades que sofreram e sofrem ainda, mas também mostram e definem os dias de hoje com uma melhor qualidade de vida. “Muitas investigações recentes tendem a aglomerar a esperança com vários estados mentais positivos como optimismo, fé, confiança, uma percepção de agência ou controlo interno”, mas não diferenciam umas das outras nem delineiam a esperança pelas suas particulares características (Barnard, 1995, p.43). Por exemplo pode-se usar a distinção que Pruyser usa para explicar a diferença entre a esperança e o optimismo:

“A pessoa optimista distancia-se da realidade para minimizar ou atenuar os obstáculos que a separa dos seus objectivos [...] centrando-se em circunstâncias externas do ser e da intimidade e com um raciocínio algo competitivo que lhe permite ver coisas que o outro não consegue, como se possuíssem mais sabedoria [...]. Em contraste a pessoa que tem esperança permanece na realidade e não se coloca agressivamente acima dos outros mantendo uma atitude de modéstia face ao outro e face à realidade” (Pruyser, 1986, p.122).

Isto coloca a esperança num patamar de moderação, nem resignação nem de exigência, que transcende meros objectivos particulares e onde o eu não é o centro das atenções. A esperança é uma postura e não um motivo para a realização de um objectivo; um modo de experienciar-se a si próprio em relação com a realidade e o tempo (Barnard, 1995). Então só pode existir quando existe a possibilidade do desespero:

“é impossível separar esperança genuína de uma experiência de escuridão, doença e separação para a qual a esperança é a resposta [...] A esperança expressa

então uma abertura à possibilidade, à novidade e à surpresa onde o mistério da vida nos cerca e confronta” (Barnard, 1995, 47).

É nesta definição de que encontramos o conceito basilar de esperança, como antagonista da imutabilidade. Essa imutabilidade histórica que se rejeita neste projecto; as pessoas não se acabam no seu estado nem num momento específico das suas vidas. No trabalho da associação Crescer assiste-se ao rompimento de dinâmicas de enclausuramento com pessoas que se julgavam fechadas no seu estado, onde a cronicidade da vida na rua fazia crescer raízes cada vez mais vincadas e onde a esperança parecia estagnar; é inseparável então esta ideia de esperança do conceito de casa.

1.5 A casa

Aristóteles descreve a cidade enquanto um espaço onde o homem e as famílias se politizam, no sentido em que é o homem o único animal que possui a palavra e é através do discurso que torna “claro o útil e o prejudicial, e por conseguinte, o justo e o injusto [...] e é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade.” (Aristóteles, 2016, p.53) A produção da cidade tem como objectivo final a vida boa e auto-suficiente:

“Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa [...] já que, sempre que o processo de génese de uma coisa se encontre completo, é a isso que chamamos a sua natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa.” (Aristóteles, 2016, p.53)

Pode-se entender assim o fim de uma coisa como o seu melhor bem e “a auto-suficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens” (Aristóteles, 2016, p.53). Neste sentido, podemos entender o homem numa cidade como um ser vivo político e podemos também perceber que uma parte fundamental da cidade é a casa onde o homem habita e administra a sua vida. A casa é então uma peça fundamental à politização do homem que o torna cidadão; quem não tem casa vive à parte dessa organização política que é a cidade, e vive incompleto, com maior dificuldade em se constituir e organizar.

A casa como antagonista da vida na rua, pode entender-se então como espaço de constituição do indivíduo. Na rua, onde o sujeito está à mercê de inúmeros obstáculos,

onde se cria uma “desvinculação material e simbólica do espaço da casa nos moldes da “parede, janelas e portas” e onde a errância pode tomar lugar; alguns escolhem deslocar-se sem rumo pela cidade à espera o tempo todo por uma casa nova (Frangella, 2004, p.188). Existe também quem se dedique a construir habitações precárias e frágeis com paredes e tectos de cartão e papelão de plástico, como o Luís Paulo que refere o espaço que habitava atrás da estação de Santa Apolónia como a sua barraquinha. Essas “barracas” são voláteis, passíveis de sofrerem constantes invasões, entrada de pessoas, roubos e importunações: como lembra o Luís Paulo que a polícia constantemente destruía a sua barraca por ordem do dono da estação, e o Luís voltava a construir e assim sucessivamente, numa batalha diária. Essas habitações além de serem temporárias não são suficientes para “incorporar as separações funcionais associadas ao mundo privado e doméstico [...] como o lugar para as funções fisiológicas, de higienização, de conforto e tranquilidade, espaço para cozinhar e comer e para partilhar intimidade amorosa, com os seus carinhos e conflitos” (Frangella, 2004, p.188). Depois de se perceber estas dificuldades compreende-se a importância da casa como espaço privado de intimidade e conforto, “como espaço de segurança ontológica” (Aldeia, 2013, p.8), oposto à vida na rua. A casa então é aqui pensada a partir da rua; é preciso apreender e perceber a excepção para se definir a norma, a casa deriva ontologicamente da rua e está “presente na rua sob a forma de conceito basilar” que permite analisar situações de sem abrigo (2013, p.8). Pode-se pensar então na casa como o lugar humano de último retorno (Hollander, 1991, p.29), onde a pessoa sempre deseja voltar; seja ao fim de um dia de trabalho ou ao fim de vários anos a viver na rua. De acordo com o Black’s Law Dictionary, um dos dicionários de direito americano mais usados nos Estados Unidos, o domicílio é “aquele lugar onde o homem tem a sua verdadeira casa, fixa e permanente [...] e para onde, sempre que ausente, tem a intenção de voltar” por escolha própria (Black, 1999). Nos termos legais da lei americana, acaba por ser o lugar de onde a pessoa realmente é. No código civil português, o domicílio como domicílio voluntário geral é o lugar de residência que a pessoa define por vontade própria com ânimo definitivo e não temporário, onde pode ser encontrada e onde se encontra habitualmente (Código Civil Português, actualizado até à Lei no. 85/2019, de 03/09). Estas definições expõem uma ligação entre o cidadão e o seu lugar de residência, que propõe que para ser reconhecida a sua cidadania em termos legais, a pessoa tem de ter uma casa. Acrescenta-se aqui uma definição de Lévinas que vê a casa não como um fim último, mas sim como um começo, onde o sujeito se pode

reconstituir com base num interesse imediato; “como um utensílio entre utensílios a casa serviria para a habitação como o martelo para pregar um prego ou uma pena para a escrita [...] o papel privilegiado da casa não consiste em ser o fim da actividade humana, mas em ser a sua condição e, nesse sentido, o seu começo” (Lévinas, 2000, 135). O homem está no mundo como vindo de um domínio privado; nota-se aqui que os primeiros meses da vida de uma pessoa são passados no ventre da mãe, um lugar de maior intimidade: “o homem não chega ao mundo vindo de um espaço intersideral onde já se possuiria e a partir do qual teria, a todo o momento, de recomeçar uma perigosa aterragem [...] simultaneamente fora e dentro, vai para fora a partir de uma intimidade”. (Lévinas, 2000, 136). Podemos perceber a casa como um espaço e instrumento que o ser humano utiliza para se reconstituir, onde os sujeitos se produzem a si mesmo e a partir da qual “se pode originar a acção política que irá ser desempenhada em espaço público em sociedade.” (Aldeia, 2013, p.10).

Vemos assim que quem vive na rua se encontra mais vulnerável à desvalorização enquanto sujeito, por não ter um espaço firme para se constituir; não significa que não sejam sujeitos de todo, mas a sua identidade encontra-se reconfigurada constantemente, “dificultando a sua acção sobre si mesmos e tornando estrutural e publicamente inconsequente a sua acção e o seu discurso” (Aldeia, 2013, p.10). Então de acordo com Erikson (2011) pode-se pensar que a exclusão social característica de pessoas em situação de sem abrigo torna-os “não-cidadãos”, no sentido de que a cidadania social constitui uma série de direitos sociais que deviam ser garantidos e aos quais estes não têm acesso. A cidadania remete para uma agencialidade e para uma posição social e política que, para o caso de pessoas a viver na rua, desaparece. Encontramos então no discurso de Erikson um vínculo muito forte entre cidadania e ter uma casa, pois a casa entende-se também como um instrumento de politização. Na esfera da rua, a cidade e a casa tornam-se indistinguíveis “colapsando, em conjunto o biológico e o político” (Erikson, 2008, 77). Nessa esfera de indeterminação, a rua deixa de ser definível pelas características da casa e também pelas propriedades concedidas ao espaço público e político; nela está ausente toda a segurança ontológica (Aldeia, 2013, p.13) e então, por oposição, na casa está presente toda a segurança ontológica.

Capítulo II

2.1 Metodologias e objectivos

Estarão pessoas em situação de sem abrigo com doenças psiquiátricas e com hábitos de consumo de substâncias psicoativas condicionadas cronicamente à sua situação de sem abrigo excluídas socialmente de perspectivas de participação activa? Estarão estas pessoas sujeitas a algum tipo de discriminação social? Será que a discriminação a que possam estar sujeitas funciona como um ciclo vicioso? Será que a relação entre estigma e discriminação social está associada a processos sociais mais amplos de poder e dominação? Como terá o projecto “Lisboa – É uma Casa” capacidade para influenciar positivamente a saúde pública e que ofertas oferecem a essas pessoas? Será que o estigma é condicionador e irreversível? Haverá relação próxima entre a doença mental e a situação de sem abrigo?

Eram estas as questões de partida que lançaram o mote desta investigação, sendo que algumas já encontraram possibilidades de resposta no primeiro capítulo. Para se pensar nestas questões foram usados o método etnográfico da observação participante e a leitura de literatura sobre os temas num processo de circulação entre leitura, escrita, trabalho de campo, captação de imagens e análise de material para conjugar o conhecimento empírico e a etnografia que daí resultou com a leitura de teoria sobre as temáticas abordadas.

Decidiu-se então usar o método etnográfico com uso do meio audiovisual com o objectivo de fazer um filme etnográfico que conseguisse dar voz e visibilidade aos actores sociais que, dadas as circunstâncias, tiveram muitas vezes ao longo das suas vidas, as suas vozes e visibilidade anuladas e onde, a agencialidade já pode ter deixado de existir nalguma etapa das vivências na rua. Usamos assim a câmara como ferramenta que proporciona visibilidade e ao mesmo tempo dá voz a estes protagonistas, permitindo aceder, embora de forma parcial, ao seu ponto de vista e à sua visão do mundo. A Antropologia como sintetiza Manuela Ivone Cunha é “uma disciplina que estuda o jogo das diferenças e das semelhanças” (Cunha, 2016, p.15) e neste jogo procurou-se entender o que tinham as pessoas desta investigação em comum com o ser humano, enquanto ser social e cultural e até que ponto eram seres individualizados e únicos, numa aproximação feita pela observação e interpretação das suas vivências, relações sociais, crenças, costumes, moral, ideias políticas e ideias próprias sobre a vida. Para conhecer a realidade destas pessoas, optou-se por uma aproximação relacional que ao longo de um ano

abrangeu várias etapas, com momentos de aproximação e momentos de afastamento melhor explicitados no capítulo 3; o antropólogo tem de se ir adaptando às constantes aproximações e afastamentos com a realidade observada para conseguir superar desafios e atingir objectivos. Neste caso, tratava-se perceber a maneira como estas pessoas vêem e sentem o mundo; “antes de impor as nossas teorias sobre as pessoas que estudamos, descobrir como estas pessoas definem o mundo” (Spradley, 1980, p.14). Neste âmbito, o etnógrafo tenta “descobrir o conhecimento cultural que as pessoas usam para organizar o seu comportamento e como elas interpretam a sua experiência” (Spradley, 1980, p.31). Com base na concepção das perguntas etnográficas descritas por James Spradley (1980), o método de observação participante pode ter como base essas perguntas, que podem ser mais directas ou mais indirectas. Feitas ao longo do trabalho de campo, podem-se encontrar perguntas como: “Quem participou nesta reunião? Como estavam os participantes? Cansados? Bem dispostos? Quais foram os temas da reunião?” Nas partes das entrevistas já com câmara as questões eram mais directas e as repostas dos informantes criavam a narrativa. A etnografia afirma que a sequência pergunta-resposta é um elemento único de pensamento humano e que “afirmações de qualquer género implicam sempre perguntas, mesmo quando as perguntas não estejam presentes” (Spradley, 1980, p.32). Nesta ideia “ambas perguntas e respostas têm de ser descobertas no contexto social em estudo” (p.32). Neste jogo de pergunta e resposta e respectivas tradução e interpretação, o antropólogo tem de se submeter a uma descoberta de conversas, gestos, expressões e diferentes disposições.

Para localizar antropologicamente uma determinada situação social é necessário, segundo Spradley (1980) identificar três elementos primários; o lugar, os actores e as actividades. No filme, estes três elementos servem de base para outros eventos que se desenrolam em redes mais complexas e subdivididas de situações sociais mais específicas que se podem ligar. Por exemplo, se pegarmos no mesmo grupo de actores sociais podemos explorar como eles, colocados em lugares diferentes, podem experienciar actividades diferentes. Também podemos escolher um lugar em específico e perceber como nele passam diferentes actores a experienciar diferentes actividades. Esta abordagem de redes de situações sociais, explicada por James Spradley, serviu como estratégia metodológica para ir explorando as diferentes perspectivas. Temos diferentes espaços, onde se vêem actores sociais a fazer diferentes actividades.

Como em qualquer etnografia, estas aproximações à situação social da investigação estão dependentes da acessibilidade e todas permissões necessárias; pode-se entrar em alguns cenários facilmente e participar em algumas actividades livremente como também se pode encontrar dificuldades em aceder a algumas situações. Esta questão, relativamente ao presente projecto revelou algumas dificuldades que serão discutidas no terceiro capítulo.

Com o uso das metodologias visuais, esta descoberta revela grande parte do seu processo no próprio documentário; as aproximações, os contextos e as subjectividades estão na imagem e no som, dando relevância à experiência de descoberta, num processo interactivo e relacional e fazendo dessa descoberta a do espectador também. Pode-se afirmar “que as imagens podem trazer novas possibilidades e oportunidades aos antropólogos no seu processo de conhecimento” (Martins, 2013, p.407). O trabalho de campo feito teve a duração de quase um ano e levou à criação de um filme etnográfico observacional, que foi profundamente influenciado pelo *cinema vérité* dos anos 60 permitindo assim “um diálogo espontâneo dos sujeitos do filme” (MacDougall, 1978, p.414) num processo de que o realizador também faz parte, dialoga e intervém. Por causa de dúvidas iniciais não se escreveu um guião estruturado inicial e as filmagens acabaram por revelar o processo de descoberta do filme; apenas uns dias antes da filmagem elaboravam-se os temas para falar e filmar e ia-se à descoberta com a câmara. O facto desta descoberta ser feita ao mesmo tempo que se filma acaba por fazer com que o próprio filme incorpore todo o seu processo. O propósito inicial era acompanhar as pessoas no seu dia-a-dia, descobrir as suas casas e as suas vidas para depois, conseguir-se ampliar o entendimento de como pensavam o conceito de casa e como este molda as suas definições pessoais de bem-estar e também de esperança.

O uso do filme permite também uma maior oportunidade de o conhecimento antropológico sair do âmbito puramente académico e atingir mais facilmente o público em geral. “A câmara ajudou, de facto, a “abrir” a investigação, tornando-a mais pública (percetível), não só para os sujeitos da investigação, mas também para os próprios investigadores/realizadores.” (Martins, 2013, p.398) pois a antropologia visual “está igualmente preocupada com a apresentação e consumo do conhecimento antropológico como com a produção desse mesmo conhecimento” (Banks et al, 1999, p.1). Essa produção de conhecimento com uso do audiovisual encontra aqui, com o formato de documentário, uma abordagem que permite uma apresentação a uma audiência mais vasta

que o mundo académico. Por outro lado, foi necessário ter em conta questões éticas ligadas ao facto de se tratar de um objecto final com maior visibilidade.

Começou-se este projecto com a criação de um plano geral que obedecia a uma temática que não começou por ser esta, mas quando se entrou em contacto com a associação começou-se a identificar as principais características que viriam a ser o novo terreno de estudo. Como estratégias metodológicas, antes de se começar a filmar e introduzir a câmara nas dinâmicas relacionais, houve a necessidade de uma aproximação gradual à associação, para conhecer os técnicos e os beneficiários. A introdução da câmara não podia ser feita antes do tempo certo pois podia criar algumas barreiras na criação de relação e constrangimentos na fluidez das entrevistas e dos momentos. A associação, por volta de outubro de 2018, começou a organizar reuniões com abertura à discussão política e social com técnicos e beneficiários, onde se discutiam questões de temáticas variadas, desde a humanidade no geral, sobre as comunidades locais dos beneficiários, e problemas sociais mais próximos, que entrarão em discussão no capítulo 3.3. A primeira data de reunião anotada no diário de campo é de 16 de outubro de 2018. Foi aí e nas reuniões que se seguiram que se começaram a estabelecer relações e a conhecer as pessoas e as histórias. Também foram feitas actividades diferentes e mais lúdicas como um jogo de futebol, um passeio a Belém e visita ao CCB e uma festa de natal num espaço da associação. As notas que foram feitas nestes momentos estão em discussão no terceiro capítulo tendo o diário de campo servido como meio para recolher e anotar dados etnográficos; desde a primeira entrada no diário no dia 16 de outubro, até à última no dia 25 de março, passaram-se 5 meses onde se frequentaram reuniões semanais e outras actividades. No diário encontramos vários tipos de apontamentos; notas mais descritivas como por exemplo no dia 11 de dezembro de 2018, “Apareceram o Jacinto, O Carlos, a Argentina, um senhor que conheci aí pela primeira vez chamado Alfredo e a técnica Rita Figueiredo. No início o ambiente estava bastante animado.” Estes tipos de notas mais gerais representam um apanhado de dados etnográficos que ilustram amplamente o ambiente, as pessoas, o espaço e a “situação social e o que se passa lá” (Spradley, 1980, p.33). Depois, ao longo que as conversas avançavam, foi preciso seleccionar informação e encontramos então notas mais direccionadas como por exemplo “O Carlos já teve 2 AVC’s e a Argentina teve 3.” Este tipo de observação já implica um estreitamento de concentração para questões mais pertinentes. Estes dois tipos de notas são feitos simultaneamente ao longo do tempo e existe um terceiro tipo de notas que é

feito posteriormente em *bold*, já em registo de análise; estes três registos de notas reflectem o meu processo de investigação e também de criação de relação com estas pessoas.

O objectivo principal foi o de desconstruir as ideias estabelecidas sobre *sem-abrigo* que criam barreiras discriminatórias face às pessoas que vivem na rua. No acto de filmar com elas e dar visibilidade às suas narrativas, procurámos criar com o espectador uma certa empatia e atingir uma compreensão das diferentes subjectividades, derrubando afastamentos face ao outro. A aproximação do realizador face à realidade retratada pode corresponder simbolicamente também à aproximação do espectador. O realizador entra no filme e também cria empatia com o espectador levando-o para a realidade do filme. Neste âmbito procurou-se fazer uma montagem final do filme que respeitasse uma ordem natural das conversas, da estrutura e duração das situações para que o espectador “conseguisse receber o maior número de provas para poder julgar o filme [...] colocando-o no papel de testemunha de eventos” (MacDougall, 1998, p.126). No trabalho de campo, desde os primeiros contactos às filmagens finais tentou-se ir ao encontro da subjectividade individual dos diferentes actores sociais, para entender como essas narrativas se foram desenhando em diferentes contextos e fazer chegar esses caminhos diferentes ao espectador.

Durante o tempo da investigação encontrei-me com os actores sociais em diferentes etapas onde se construíram, com cada um, relações diferentes; no início apenas com um diário de campo, mais tarde com a introdução da câmara. Comecei por frequentar as reuniões semanais que a associação criou às terças feiras, com o intuito de criar espaços de discussão política, social em que os beneficiários eram incentivados a aparecer e a colocar questões que lhes interessassem falar e debater. Foi aí que troquei os primeiros contactos com alguns beneficiários e com diferentes técnicos, mas a assiduidade dos beneficiários nem sempre foi a maior, com algumas reuniões apenas com um ou dois. Mas apesar disso, houve reuniões bastante produtivas para estes e para os técnicos, por se terem discutido diferentes situações de desequilíbrios sociais e por se terem abordado várias questões pertinentes sobre a condição humana, dificuldades sentidas, histórias de vida e momentos de aproximação relacional e de partilha entre os presentes. Foi nesses espaços e nesses momentos que, vindo de fora, me permiti e consegui aproximar-me das pessoas e a partir de aí construir confiança e criar relação. Foi nessas reuniões que construí a base para todo o processo de investigação, suportado numa protecção ética dos

interesses, sensibilidades e privacidade dos actores sociais e com base no guia ético para a investigação da *Association of Social Anthropologists of the UK and the Commonwealth* (ASA, 1999).

Capítulo III – Descrição etnográfica

3.1 O espaço – a *Associação Crescer*

A Associação Crescer foi fundada em 2001 por profissionais na área da intervenção comunitária junto de populações vulneráveis e excluídas na cidade de Lisboa. A Associação entende como “populações em situação vulnerável” aquelas que se encontram excluídas das estruturas sociais e de saúde, não usufruindo em pleno dos seus direitos enquanto cidadãos e apresentam-se, na maioria das vezes, numa situação psicológica, emocional e física muito fragilizada.

Desde o início foram tendo diferentes projectos mas todos à volta destes grupos. Esta Associação tem também diferentes espaços espalhados pela cidade de Lisboa como por exemplo o Espaço Âncora que abriu em 2014, um *drop-in* onde as pessoas podem beneficiar de várias ajudas: disponibilização de material assético para consumo, cuidados de enfermagem, snacks, biblioteca, acesso a computadores e internet, balneário, roupeiro e actividades ocupacionais como ateliês de arte, teatro, workshops entre outros. Este espaço é localizado nos Anjos e serve de apoio para que os beneficiários possam encontrar um espaço de diferentes valências. A Associação Crescer tem como principal objectivo “ir ao encontro do outro promovendo a saúde, a redução de riscos e a inclusão da pessoa em situação de vulnerabilidade através de projectos de intervenção na comunidade”² e os seus projectos regem-se sobre esta proposta. Um deles chamado “É Uma Rua” envolve a acção de equipas de rua que se deslocam às pessoas em situações vulneráveis e que consomem substâncias psicoativas e dão-lhes apoio num trabalho de proximidade, segundo a filosofia da Redução de Riscos e Minimização de Danos (Carapinha, 2009). O projecto “É Uma Casa” que envolve as pessoas do documentário e do presente relatório é bastante próximo dum outro projecto; “É Uma Vida”, que também funciona com a metodologia de *Housing First* mas para requerentes de asilo e refugiados, através de uma intervenção individualizada da inclusão dessas pessoas na sociedade portuguesa. Estes projectos acabam por tocar-se em muitos aspectos, nas propostas e ofertas e, por exemplo,

² site da associação: <http://crescer.org/a-associacao/>

é a partir das equipas de rua que muitas pessoas acabam por ser encaminhadas para os outros projectos de intervenção. Existe também o Gabinete de Inserção Profissional que, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional tenta dar resposta à questão do desemprego destas pessoas. Há também outros projectos para inclusão de requerentes de asilo e refugiados e existe um restaurante que abriu em Setembro de 2019 chamado “É Um Restaurante”, que tem como objectivo proporcionar empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade onde os empregados são pessoas em antiga situação de sem abrigo. Os valores da associação são o respeito pelos direitos humanos onde as pessoas são tratadas como seres únicos e com necessidades e vontades específicas, a inclusão de populações mais vulneráveis na comunidade, a capacitação e promoção de competências pessoais e sociais com vista à autonomização e agencialidade dos seus beneficiários e a proximidade na relação interpessoal com os públicos-alvo. A Associação tem a sua sede no bairro da Quinta do Cabrinha em Alcântara, e tem mais espaços espalhados pela cidade de Lisboa. O bairro da Quinta do Cabrinha nasceu em 1998 com a conclusão da construção dos edifícios no âmbito do programa URBAN. Este programa tinha o objectivo de realojar os habitantes do Casal Ventoso que vinha desde os anos 80 numa espiral descendente de condições de vida. (GEBALIS, 2012). É um bairro habitado por famílias com baixos rendimentos e os custos das rendas também são reduzidos. O passeio do bairro é de paralelepípedos, muitos deles soltos e, quando eu me dirigia à associação, tinha de atravessar o bairro quase todo com atenção para que os paralelepípedos não espirrassem a água suja que escondem debaixo por estarem soltos. Ao lado da associação há um café local e no geral o bairro encontra-se algo descuidado, além dos paralelepípedos soltos, tem muitos bancos de pedra que estão quase todos inutilizáveis pelas fezes dos pássaros que passam no bairro (no filme podem-se notar muitos pássaros a voar por entre os prédios.) O bairro em termos arquitectónicos deu-me a impressão de estar bastante fechado em si, com prédios de todos os lados a rodear e com uma espécie de corredor entre os prédios, criando um ambiente quase de *ghetto* escondido. A população local sempre foi bastante afável comigo, fui várias vezes beber café e sumo ao café do lado que tinha um ambiente descontraído e sempre fui bem atendido. Filmei várias vezes o bairro e senti-me sempre confortável a fazê-lo, mesmo quando uma vez, um grupo de rapazes da minha idade viram-me passar com a câmara e disseram para eu não filmar ali, ao que respondi que não os ia filmar e eles aceitaram. Do outro lado da Avenida de Ceuta, um bocado mais para norte, no Bairro da Quinta do

Loureiro a associação abriu um espaço novo só dedicado ao projecto “É Uma Casa” e lá fizeram-se algumas reuniões que frequentei antes de começar a filmar. Este bairro é muito parecido ao da Quinta do Cabrinha mas senti-o mais aberto. Foi por estes 2 espaços da associação que mais me desloquei, onde presenciei reuniões com técnicos e beneficiários e onde se marcaram pontos de encontro para outras actividades.

3.2 O projecto – “É Uma Casa, Lisboa Housing First”

O projecto “É Uma Casa, Lisboa Housing First” funciona com base num modelo de programa social chamado *Housing First*. A associação defende que ter uma casa é um direito humano básico e é nessa defesa que este projecto tem se funda. O tempo desde o planeamento até à implementação foi de cerca de 6 meses e começaram com 3 técnicos e foram inserindo nas casas cerca de uma pessoa por mês. A criação deste modelo para pessoas individuais é creditada à organização sem fins lucrativos “Pathways to Housing, Inc.” fundada em 1992 em Nova Iorque. A abordagem dessa organização era simples: “providenciar habitação primeiro e depois combinar a habitação com com serviços de suporte e tratamento.” (Tsemberis, 2010, p.4). O título *Housing First*, traduzido para Habitação Primeiro, remete para a intenção de atribuir, acima de tudo e em primeiro lugar, uma habitação ao beneficiário, criando uma separação entre a habitação e o suporte dado, fazendo com que a habitação seja a prioridade e, a partir desse ponto de segurança, se tente fazer e cumprir os suportes e o acompanhamento para a saúde e bem-estar e para a finalidade da autonomia total da pessoa. O projecto “É Uma Casa, Lisboa Housing First” foi implementado em 2013 com a missão de erradicar as situações crónicas de sem abrigo da cidade de Lisboa. Cada instituição que decide avançar com este modelo de projecto tem de adequar as diferentes variáveis estruturais e organizadoras aos seus objectivos e contextos próprios. Este projecto foi pioneiro em Lisboa e serve o objectivo principal do modelo, onde já existem cerca de mais 30 pessoas a beneficiar e cuja média de anos que viveram na rua é de 15 anos (de acordo com o Doutor Hélder Trigo quando lhe foi colocada essa pergunta em conversa).

Em 2018 o projecto ganhou o prémio de Coesão Social da Fundação Calouste Gulbenkian, que foi entregue pelo Presidente da República ao director da associação Américo Nave e foi bastante prestigiante pois reconheceu e fortaleceu os propósitos do projecto. Este defende a máxima liberdade dos beneficiários, porém, à medida que eles vão sendo incorporados no projecto, vão-lhes sendo colocadas algumas propostas de

organização pessoal e pequenos desafios que tendem a tornar-se mais elaborados ao longo do tempo. Ao início o simples facto de começar a comer com talheres pode ser um desafio bastante difícil, e mais tarde a limpeza da casa ser feita por eles é também uma conquista tal como irem sozinhos a compromissos, consultas médicas e formações. É feito um acompanhamento próximo, com assistentes sociais e psicólogos onde se espeitam as escolhas pessoais dos beneficiários; têm total liberdade no seu quotidiano, podem continuar a consumir e não são obrigados a tomar a medicação. No entanto é feito um trabalho de motivação por parte dos técnicos onde, aos poucos, se inicia um processo de ajuda à estruturação diária, com ajudas de maior acesso à alimentação, à saúde e aos cuidados médicos. É-lhes oferecido um acompanhamento continuado e de longo prazo no contexto residencial, trabalhando três níveis de desenvolvimento – cognitivo, relacional e organizativo. Todo este acompanhamento de apoio psicossocial e psicológico implica então uma mediação com estruturas de saúde e de apoio social da área residencial da casa que lhes for disponibilizada e também uma tentativa de integração na comunidade das casas onde forem viver (por exemplo promover relações sociais com a senhora do minimercado ao lado, do café mais próximo etc.) Também é feita uma distribuição de vários tipos de auxílio como por exemplo, visitas de técnicos às casas, disponibilização de material assético e higienizado para consumo, material informativo, avaliação médica regular e gratuita e apoio nas tarefas domésticas. Estas atividades e diligências têm o objectivo último de promover a autonomização nas atividades da vida diária e capacitação social. Entende-se que esta capacitação social pode ser um grande promotor da autovalorização e que pode corresponder à esperança, esperança em si próprio e nas suas capacidades. Quando um beneficiário entra numa casa nova são-lhe apenas dadas 2 regras que a associação considera fulcrais para o bom funcionamento do projecto: só eles é que podem dormir lá em casa e se, entretanto, arranjam um parceiro, têm de informar a associação e depois é discutido cada caso individualmente tendo em conta as características das pessoas. A segunda regra é que têm de dar à associação 30% dos seu rendimentos, que para quase todos costuma ser uma pensão social mínima que ronda à volta de 187 euros por mês.

3.3 O filme: o processo e o trabalho de campo

O meu projecto começou por querer explorar a relação da esperança com pessoas mais vulneráveis e, foi a conversar com o Doutor Hélder Trigo, que me informou que foi

um dos fundadores e agora era supervisor da associação Crescer que tinha este projecto de *Housing First*. Após demonstrar o meu interesse na possibilidade de fazer o meu projecto final de mestrado com eles, ele demonstrou-se bastante receptivo e rapidamente me encaminhou para falar com pessoas responsáveis dentro da associação. Reuni-me primeiro com a Andreia que é a responsável pela comunicação, expliquei-lhe a minha ideia inicial de investigação e entreguei-lhe o meu plano de projecto. Ela então encaminhou-me para falar com a Rita Farias que, na altura era uma técnica envolvida em vários casos do projecto “É uma Casa” com quem eu também tive uma reunião com os mesmos objectivos (de apresentar-me a mim próprio e o meu projecto) e onde ela me explicou que iam começar a fazer umas reuniões de grupo com outros técnicos e com os beneficiários e que seria um bom ponto de partida para eu me apresentar às pessoas. Estas reuniões foram criadas pela associação para acontecerem, inicialmente, às terças-feiras às 16h. A ideia era criar um espaço para se poderem debater temas pertinentes e de carácter mais político entre técnicos, beneficiários, estagiários e voluntários. Cada pessoa podia levar temas ou ideias que considerasse importantes debater. Aqui fui apresentado à Rita Figueiredo que coordenava estas reuniões e orientava a conversação. A primeira reunião que fui foi no dia 16 de Outubro de 2018 e participaram a psicóloga Rita Figueiredo que estava há 3 meses no projecto e 6 beneficiários do projecto: o Marco, o Nuno, o Carlos e o Bartolomeu, o Oleksander e o João Paulo. Foi numa sala própria para reuniões com uma mesa redonda e cadeiras dispostas à volta. Aqui tirei vários apontamentos sobre os beneficiários e destes só o Bartolomeu é que iria vir a participar no filme apesar de eu ainda não saber nem ter definido isso. Logo nesta reunião o Marco referiu que considerava muito importante o facto das casas que a associação arranjava e disponibilizava não serem em bairros sociais o que permitia aos beneficiários não serem facilmente reconhecidos como pessoas com dificuldades financeiras e sociais e que pudessem começar do zero, onde ninguém os conhecesse e onde, como ele referiu, “não há aquele rótulo”. Este discurso, logo na primeira reunião, demonstrou-se-me como um forte indicador que este projecto ajuda de facto a combater o estigma face às pessoas. Ele também disse, entre risos, que gostava muito da sensação de poder andar nú em casa, remetendo um bem estar à liberdade e direito à intimidade, coisa que era impensável na rua. Por outro lado, o Marco também referiu que estava numa fase de solidão à qual ele disse “que toca a todos”. Desde que entrou para a casa há 8 meses (a contar da data da reunião) deixou de ver os seus amigos da rua, passava muito mais tempo sozinho e

encontrava-se numa fase de adaptação difícil. Por exemplo, uma questão que me causou bastante surpresa foi o facto de, durante muito tempo, o Marco sentir tonturas e vertigens por dormir na cama porque esteve muitos anos a dormir a 2 centímetros do chão e agora, dormia a meio metro de altura. O Marco neste momento trabalha na associação, mais concretamente no espaço Âncora como técnico auxiliar e tem um ordenado o que representa uma evolução bastante positiva. Em conversa com o Doutor Hélder ele explicou-me que hoje em dia existem mais beneficiários a trabalhar, dentro e fora da associação a receber salário e que estão numa fase mais adiantada do seu processo de inserção e a ganhar autonomia nas suas vidas. Mesmo as pessoas que já são autónomas continuam a receber o suporte da equipa; neste estado mais avançado do processo o foco são os factores pessoais, mas a dimensão da autonomia económica também tem muito impacto. A associação continua a promover a autonomia total da pessoa, mas sabem que muitas dessas pessoas não vão chegar a esse ponto, portanto o contacto e a manutenção são reforçados enquanto fizer sentido para a pessoa. Em Novembro de 2018 deu entrada no projecto uma senhora chamada Argentina que tinha acabado de receber uma casa. Ela veio da rua onde consumia heroína e cocaína e tinha um histórico de prostituição. Nessa reunião falou muito abertamente, dizia que não queria saber de comer e contou histórias da sua vida quando vivia na rua. Encontrei a Argentina em Outubro de 2019 e ela disse-me que já estava a trabalhar na associação e que estava bastante melhor e mais feliz. Na primeira reunião que compareci conheci um senhor chamado Carlos na casa dos 60 anos que foi a pessoa mais assídua destas reuniões, gostava muito de falar apesar de ter por vezes um discurso algo confuso e desordenado e tinha algumas dificuldades motoras. Houve algumas reuniões que se mostrou mais em baixo outras que estava claramente mais bem-disposto e com boa voz. Na reunião do dia 20 de Novembro de 2018 a técnica Rita Figueiredo disse que o Carlos tinha muita coisa rica dentro dele e que ele podia aproveitar isso para ajudar os outros e então falou-se na possibilidade de ganhar um papel como voluntário dentro da associação, mais propriamente no espaço Âncora e ele ficou claramente contente e incentivado. Mostrou-se aberto e disse que ainda encontrava pessoas que viviam na rua e que, apesar de se rever neles, sente nele próprio “uma segurança e uma luz por não estar sujeito à situação na rua”. Neste momento foi claro para mim o papel da casa e da esperança, à qual ele chamou de luz. O Carlos frequentou mais duas reuniões e um dia dirigiu-se a mim à parte, deu-me o seu número de telemóvel e disse que me dava toda a ajuda que eu precisasse para o meu trabalho final de mestrado.

Passado uma semana planeou-se uma visita com os beneficiários ao museu Berardo no CCB e quando estávamos à espera do autocarro eu disse à técnica Soraia que o Carlos me tinha dado o número de telemóvel dele e perguntei se isso não era um problema para associação e se eu podia entrar em contacto com ele. Foi então que ela me puxou à parte e disse que o Carlos foi encontrado morto na rua e não se sabiam bem os motivos do seu falecimento. Nunca mais ouvi falar do Carlos e um dia perguntei à Soraia se já sabiam os motivos da morte dele e ela não me conseguiu dizer. Ele já tinha tido 2 AVC's e tinha sobrevivido aos dois e tinha uma saúde algo instável, bebia muitos *red bulls* e alimentava-se à base de comida pré feita congelada. A Soraia Cunha é uma técnica psicóloga que trabalha na “área da Proximidade” da associação, que é a área responsável por promover o contacto mais próximo com os públicos alvo e promotor das estratégias de intervenção. Ela disse-me que o Carlos não foi o primeiro beneficiário a falecer o que pode ser entendido como um indicador da fragilidade desta população e uma maior proximidade à morte e à doença. Na última reunião em que o Carlos apareceu falou-se da fome no mundo e o Carlos disse que “os sem abrigos estão muito vulneráveis e há uma conspiração política contra as pessoas mais frágeis” o que remete para a existência duma violência estrutural na qual ele se envolve e sofre na primeira pessoa; “a política não apoia os sem abrigo e o governo não apoia associações como esta” e acrescentou que a Crescer salvou-lhe a vida. Demonstrou-se também muito desagradado com a descredibilização geral face às pessoas que vivem na rua dizendo que esse estigma por muitas vezes o deixava para trás. No fim do trabalho de campo, na última visita à casa do Jacinto e já sem câmara, ele explicou-me melhor o porquê da questão que ele refere no filme “para que é que quero uma casa?”. Ele explicou que apesar de ter uma casa, com os seus baixos rendimentos tem muita dificuldade em conseguir comprar alimentos e então tem de continuar a dirigir-se a instituições de distribuição alimentar ou mesmo carrinhas que dão comida. Ele diz que isso faz-lhe bastante confusão porque continua a ter os mesmos problemas de quando vivia na rua, como se ainda vivesse. Novamente surge o tema da reforma, que ele se queixa que ainda vai ter de esperar 2 anos, um tempo que lhe parece interminável.

No âmbito da alimentação, a associação tem um sistema de rotatividade de *tupperwares* em que os técnicos vão a um núcleo de *Re-food* encher os tupperwares com comida e deixam-nos na associação para os beneficiários os levantarem. Depois eles têm de os lavar e trazê-los de volta para alguém ir outra vez ao *Re-food* e assim sucessivamente. A *Re-food* é uma organização de disponibilização de comida a

comunidades locais com o objectivo de eliminar o desperdício de alimentos e a fome nessas comunidades através de resgate de excesso de comida de cozinhas que sejam parceiras do projecto. No dia 18 de dezembro de 2018 o Oleksandr chegou atrasado à reunião com alguns tupperweres de casa e uma das técnicas reparou que eles estavam um bocado sujos e pediu-lhe para lavá-los melhor no lavatório. Nesta reunião só veio o João e o Oleksandr e foi muito curta pela falta de comparência. O João disse que ainda não tinha luz na cozinha e que a casa era muito escura. Nestas reuniões era normal ouvirem-se algumas queixas dos beneficiários, fossem elas mais específicas e pragmáticas ou de carácter mais social e político. Era um espaço para a discussão política e de qualquer tema que interessasse, mas rapidamente deixou de ter a comparência dos beneficiários que aos poucos se foram desinteressando.

Na altura do Natal a associação organizou uma festa neste espaço à qual eu frequentei. A festa teria início por volta das 15 da tarde no espaço Âncora onde seria feita uma distribuição de prendas e realizados alguns jogos. Cheguei à sede da associação que está localizada na quinta do Cabrinha em Alcântara e esperámos um bocado até que todos os que queriam participar chegassem. De seguida fomos de autocarro para o espaço Âncora, que está localizado num prédio na zona dos Anjos. Foram 4 beneficiários, 2 técnicas e eu. Quando entrámos a sala principal já estava bastante cheia de pessoas e estavam a jogar um jogo de tabuleiro com perguntas e respostas. Havia pessoas que estavam a descansar nos sofás e o ambiente era bastante calmo e ao mesmo tempo divertido por causa do jogo. Sentei-me num sofá a ver uma parte do jogo que, depois de acabar, foi arrumado e serviram um lanche. A seguir ao lanche fomos a uma salinha mais pequena depois do corredor e foram distribuídos presentes e sacos de mercearia com alimentos e outras coisas para a casa. Dos 4 beneficiários que foram, só o Jacinto é que acabou por participar no filme, mas na altura da festa ele ainda mantinha reservas com o facto de ser filmado e não estava pensado para participar. Senti que a festa foi mais calma do que estava à espera e também senti que o Natal é vivido por parte destas pessoas de uma maneira tranquila, mas apreensiva; havia um cartaz com um Pai Natal e uma frase algo sarcástica onde o sentimento de hipocrisia daquela época era vincado; as pessoas que ali estavam viam o natal como uma máscara algo supérflua e fantasiosa. Aqui, ainda não tinha começado a filmar e ainda estava num processo de criação de relação com os beneficiários do projecto e com os técnicos da associação. Apesar de se ir discutindo desde o início diferentes possibilidades, foi na altura da passagem de ano que se começou

a definir os participantes em conjunto com a Soraia. Falaram-se de alguns critérios que fossem importantes apropriar e outros que fossem menos importantes para a selecção dos futuros participantes no filme. O primeiro e principal critério teria de ser que a pessoa aceitasse ser filmada e estivesse confortável comigo na sua casa e, acima de tudo, sentisse vontade de falar de si, da sua história e da sua casa. A pessoa teria também de estar minimamente estável, ou seja, não era o mais indicado tentar filmar com pessoas que pudessem estar numa fase mais desorganizada, pois o aparecimento dum estranho a filmar podia interferir negativamente e causar más reacções. Não se tomou como importante a idade nem o género dos participantes, mas discutiu-se a possibilidade de poderem estar em fases diferentes do processo. Apesar disso reparou-se que era difícil conseguir chegar perto duma pessoa que tivesse dado entrada numa casa há pouco tempo e ainda estivesse numa fase de habituação à casa.

A primeira pessoa que se abordou para ser filmada foi o Luís Paulo, a Soraia propôs-lhe e ele aceitou. Nos primeiros dias de janeiro visitei a casa dele ainda sem câmara. Ele morava na rua Maria Pia e estava há um ano e meio integrado no projecto mas antes de estar naquela casa esteve noutra que não gostou e não explicou porquê. Antes de começarmos a filmar ainda visitei a casa uma segunda vez. No dia 1 de fevereiro encontrei-me com a Soraia na quinta do Cabrinha e fomos no carro dela com outra técnica chamada Sara. Nestas duas visitas a conversa fluiu naturalmente, mas senti uma tensão que originou em mim alguma falta de vontade, sentindo que, de alguma maneira, a minha presença ali era forte e no meu discurso tentei sempre transparecer um sentimento descomprometido e leve. A casa tem a sala logo à entrada onde ficámos sentados, eu e a Soraia num sofá, o Luís Paulo num cadeirão e a Sara noutra cadeira. Ele encontrava-se bem-disposto e disse que tinha descansado bem. Esta conversa foi importante e apesar da tensão senti que no fim ele e as técnicas sentiam-se mais confortáveis comigo. Sempre mantive uma relação informal com todos os actores sociais e, por muitas vezes, senti-me eu também um actor social, dentro do filme e dentro da associação porque quando filmava sentia-me dentro do filme, sentia que a minha presença era notória e interagia com as outras pessoas e com o espaço numa perspectiva de observador-participante. Na minha relação com as pessoas sempre quis ser tratado como alguém igual a eles, sem hierarquização nem distinção, o contrário só serviria para normalizar o estigma. Apesar de ter a justificação de estar ali sob o chapéu da academia como investigador, nunca quis alargar muito sobre o meu papel; eu estava ali para saber deles, da vida deles e dar-lhes

voz, “vincando a ideia constantemente reiterada de que a antropologia é feita com (e para) aqueles que estudamos” (Martins, 2012, p.529)

Ao longo deste ano surgiram momentos de maior aproximação, com semanas mais intensas em termos de produção e outras alturas de maior afastamento que representaram algumas dificuldades em acesso às pessoas que resultavam em alguma desmotivação e onde os limites metodológicos influenciavam atitudes éticas que pareciam incapacitar a investigação. Por outro lado, esses obstáculos acabavam por representar um contacto real com as pessoas que se queriam estudar, revelaram as dinâmicas naturais da relação e que ninguém estava sozinho no processo. As dificuldades e os imprevistos que surgiram fizeram-me reflectir e perceber sobre o processo em si como um movimentar de individualidades, vontades e disposições; “uma suposta neutralidade e objetividade do investigador, se é que têm de existir, são hoje, talvez mais do que nunca, constantemente confrontadas com os efeitos da inevitável e desejada copresença dos sujeitos das nossas etnografias” (Martins, 2012, p.528)

Por volta de março o disco externo avariou-se com todas as filmagens que tinha até aquela altura e umas semanas antes o Luís Paulo disse-me que não queria continuar a fazer o filme comigo, mas que eu podia usar o que já tinha feito. Coloquei o disco externo a arranjar e passado umas semanas percebi que o processo de recuperação das filmagens ia demorar bastante tempo. Continuei o trabalho de campo algo desmoralizado e comecei a visitar o Bartolomeu e nas visitas e filmagens que ia fazendo não me saía a ideia da probabilidade de ter perdido tudo o que tinha já filmado com o Luís Paulo. Foi em agosto que consegui recuperar as filmagens do Luís Paulo e quando acabei as filmagens com o Dalibor dei por terminado o trabalho de campo e dediquei-me à montagem do filme e respectiva escrita deste relatório.

3.4 Questões éticas

Com todas as pessoas que visitei sentia sempre uma tensão que, a meu ver, vinha do meu receio de ser demasiado intrusivo. Este receio levou a ter um cuidado maior em fazer certas perguntas e abordar certos assuntos. Tentou-se sempre proteger a intimidade da pessoa e respeitar os seus interesses, direitos e sensibilidades. Pedi a todos que, se houvesse algum tema ou alguma situação que achassem mais desconfortável, me dissessem sem qualquer problema. O Luís Paulo na segunda visita que fiz antes de levar a câmara disse-me que não queria falar do seu passado nem da sua história de vida porque,

ao falar ia-se aproximar do sofrimento e não queria sujeitar-se a isso. Na altura, esta barreira foi desmoralizante, para mim era uma questão muito importante conhecer a história da pessoa, mas, por outro lado, tinha de respeitar ao máximo a sua vontade. No segundo dia de filmagens o Luís Paulo sem afirmar que estaria à vontade para tal, começou a falar do seu passado e essa parte acabou por ser um eixo fundamental do filme. Foi no terceiro dia de filmagens que ele se demonstrou algo fragilizado e com pouca vontade de falar e passado uma semana marcou uma conversa comigo na associação para me dizer que não queria continuar a participar no filme. Estava bem-disposto e não me deu justificações e eu não me senti no direito de perguntar porquê, simplesmente respeitei e perguntei se tudo o que já tínhamos filmado podia ser utilizado no filme ao que ele disse que sim.

Os encontros que aconteceram no processo, desde o início do trabalho de campo até à filmagem final, antes de serem encontros entre antropólogo/realizador e actores sociais, foram encontros entre dois seres humanos, providos de individualidade e sensibilidades específicas onde existe uma mutualidade marcante da etnografia. Os participantes do filme têm uma história de vida marcada por relações interpessoais destruídas e, portanto, no contacto com o próximo podem existir algumas barreiras de proximidade. O Luís Paulo não criou nenhuma relação com ninguém da área onde agora vive e diz “não tenho família, antes era um sem abrigo, agora sou um sem família.” Neste sentido é facilmente imaginável a dificuldade que ele tenha em ligar-se a pessoas e os encontros com ele eram marcados por este peso. “O antropólogo é confrontado com a necessidade de fazer escolhas, implícitas ou explícitas, entre valores e os interesses dos diferentes indivíduos e grupos” (ASA, 1999) para que se respeite ao máximo a intimidade e se proteja as pessoas de quaisquer constrangimentos. No contexto de ser usada uma câmara como elemento epistemológico, ela e a montagem têm um papel determinante na representação do outro. No caso deste projecto, o outro pertence a um grupo de pessoas mais vulneráveis que viveram muitos anos na rua, mas que não deixam de ter uma individualidade específica e, com isto em mente, perguntava sempre se podia ligar a câmara quando o pretendia fazer e avisava quando já não estava a filmar. Quis por várias vezes passear por Lisboa com algum dos participantes, por zonas que eles frequentassem habitualmente e onde encontrassem conhecidos para poder captar algumas dinâmicas externas à relação observador-observado. Por diferentes motivos esse passeio nunca acabou por acontecer apesar de ter sido combinado com o Bartolomeu por diversas vezes

ele acabava por não se mostrar disponível. Uma vez não se estava a sentir bem, outra não estava em casa e outra disse que estava muito calor para andar na rua e eu concordei. Ao longo do trabalho de campo todo senti várias vezes dificuldade em concretizar as combinações que tinham sido feitas com as pessoas, sendo os motivos mais frequentes que levavam os participantes a cancelar ou não aparecer, motivos de indisposição, situações de mal-estar físico ou psicológico e doença. Por muitas vezes um encontro era cancelado no dia anterior ou no próprio dia, o que é um indicador das dificuldades de saúde física e mental a que estas pessoas possam estar afectas. Quando a filmar, os temas eram por mim sugeridos e pedia-lhes que desenvolvessem como quisessem o que, às vezes, deixava a pessoa à vontade para se exprimir livremente, mas por outras lado, outras vezes deixava a pessoa sem saber muito bem o que dizer. Houve pessoas mais fáceis e rapidamente mais comunicativas e houve pessoas que demoraram mais tempo a começar a falar espontaneamente, como foi o caso do Luís Paulo. Houve uma vez que, para criar uma dinâmica mais descontraída pedi ao Luís que filmasse o seu pássaro e que ele aceitou, primeiro com alguma relutância, depois já com entusiasmo. Como eu já tinha filmado o Luís a apresentar o pássaro e a falar com ele optei por escolher apenas esta situação para entrar no filme e deixar de fora a parte que foi filmada por ele. Porém, o facto dele ter pegado na câmara foi um momento que me possibilitou explicar que aquele filme também era dele. No início planeava ter mais momentos do quotidiano dos participantes, em que eu estaria menos presente no filme mas esses momentos não se mostraram fáceis de criar. Então por força das condicionantes, os encontros e as filmagens acabaram por ser quase sempre em casa dos actores sociais, onde as conversas fluíram livremente e com respeito pelos silêncios, apenas com algumas direcções minhas em termos temáticos.

O projecto “É Uma Casa – Lisboa Housing First” tem como primeiro critério para aceitar pessoas um historial de consumos, com o objectivo de intervir nessas populações e reduzir os riscos associados a esses consumo. Mas no meu projecto esse critério não se revelou como fundamental apesar de ser referido, ocasionalmente e por vontade própria pelos participantes. A mim importou-me a história das pessoas; partir da narrativa individual para criar um filme delas e sobre elas. Dar-lhes voz e visibilidade, algo que, por muitas vezes ao longo das suas vidas lhes foi retirado e empoderá-los produzindo agencialidade, pelo menos na produção do filme. Sempre procurei um olhar simples e de embelezamento, por ter sentido com as pessoas que fui conhecendo muita empatia e em cada um, lados dóceis e humanos. Quis realçar as dificuldades para que depois se

pudessem compreender sofrimentos para mostrar a luta diária entre o sofrimento e esperança inerente à condição humana (Barnard, 1995) pois sem sofrimento não se pode entender a esperança.

Conclusão

Para este trabalho de projecto ter sido terminado, houve um caminho que nem sempre foi claro e definível. Interessou-me fazer um filme que permitisse explorar a vida de pessoas mais vulneráveis e desde o início que queria entender uma relação entre casa e esperança por acreditar que a casa é um direito transversal a qualquer ser humano e onde se encontra uma base estrutural do individuo enquanto cidadão politizado e com agencialidade. Sujeito a motivos pessoais, dediquei-me a filmar e a pensar questões antropológicas com estas pessoas, por sentir que histórias como estas podem acontecer a qualquer pessoa e que não é justo ninguém ter de viver na rua durante anos. A capacidade para a organização do quotidiano tem reflexo na identidade e nasce dela, numa dialética mútua; é nesse quotidiano que se define a agencialidade do individuo e nestas pessoas o quotidiano ficou ou foi ficando, nalguns pontos das suas vidas, destroçado. Sendo eu ainda bastante jovem, comparado com a idade média das pessoas com quem filmei, tenho muito menos experiência de vida, mas consigo transcender o facto destas pessoas terem vivido na rua para observar vidas tão dignas quanto a minha ou a de outras pessoas que não tenham vivido na rua. De acordo com Gabor Maté, na cultura ocidental contemporânea materialista, o individuo é constantemente pensado tendo em conta aquilo que produz e não pelo que é enquanto pessoa, e a valorização do individuo é feita por terceiros e não pelo valor humano que lhe é inerente fazendo com que o seu lado humano acabe por ser rejeitado e desconectado do seu contexto social. (Maté, 2015, p.3). Tentando desconstruir esta aceção tentou-se valorizar estas pessoas pelo ser valor humano mostrando-os conectados, pelo menos, com as suas casas.

Para o Luís Paulo, a sua casa “é o seu cantinho”, o que remete para um local de abrigo e bem-estar; essa sensação de conforto é oposta à do sofrimento de se estar na rua e o cantinho é possivelmente, o lugar de maior conforto que uma pessoa pode ter, por ser, de acordo com a ideia aristotélica, a base a partir da qual uma pessoa pode administrar toda a sua vida. É na casa que o individuo encontra o direito à privacidade e à intimidade, um sitio tranquilo de descanso e de poiso e que possibilita a organização de dois dos mais importantes elementos básicos à vida: a alimentação e a higiene. Quando tomei

conhecimento com a associação pelo Dr. Hélder Trigo fiquei logo interessado em fazer da Associação a base etnográfica para o meu projecto final de mestrado. Pareceu-me um sítio de enorme solidariedade e compreensão pelo outro e onde existia um enorme potencial para a capacitação social de pessoas cujas vidas estavam rodeadas de fronteiras que lhes surgiam como barreiras intransponíveis.

Fui-me introduzindo na vida destas pessoas mais vulneráveis, cujo acesso era sentido como bastante restrito. Estas populações, pelo historial de adversidades que todas as suas histórias relatam, das relações sociais e familiares danificadas, sentimentos de abandono e desespero, acabam por manifestar, directa ou indirectamente, maior indisponibilidade para novas relações e maior sensibilidade a pessoas vindas de fora. Foi na gestão destas sensibilidades e no respeito ético pelas pessoas que se partiu a conhecer as suas vidas, a sua imagem, as vozes, as histórias e as possibilidades.

Neste ano de envolvimento com a Associação e com as pessoas que lá passam foi-se evidenciando um sentimento de esperança, que ao início parecia algo difícil de traduzir, mas que se foi tornando mais distinguível à medida que a aproximação foi sendo feita. Não se deve fechar as pessoas a momentos das suas vidas nem as categorizar pelo seu estado, pois isso cria raízes e invisibiliza oportunidades, mas sim torna-se imperativo interpretar o sofrimento enquanto uma ferramenta para o futuro que transcende qualquer definição de estigma e é essa a verdadeira capacidade da Associação Crescer. No seu envolvimento com pessoas cuja situação crónica parecia irreversível e o futuro incerto e ameaçador a Associação consegue atribuir-lhes instrumentos e motivação para verem as suas condições como reversíveis. Como disse o Dabilor no filme “Salvaram-me a vida”.

No filme “Para Além da Margem”, as vozes e imagens das pessoas revolvem sentimentos e estados emocionais de narrativas que mostram as transformações de limites, aparentemente permanentes dos seus caminhos pelas ruas. Cito, para terminar, um grande amigo, José Ferreira, fundador de uma associação de terapia pelo surf que diz: “Não acredito em pessoas boas nem más, acredito em possibilidades.” É esse devir característico do ser humano que o faz segurar a vida e o dia-a-dia.

bibliografia

- Agamben, Giorgio. *Homo Sacer, o poder soberano ea vida nua I*. Ed. UFMG, (2007).
- Aldeia, João. *A Barraca do Rui: os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo*. MS thesis. FEUC, (2011).
- Aldeia, João. "A casa vista da rua. Uma antropologia filosófica sobre a noção de casa no fenómeno dos sem-abrigo, (2013)".
- Aldeia, João. "Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 97 (2012): 133-154.
- Appadurai, Arjun. "The future as cultural fact", *Essays on the Global Condition*. London and New York: Verso, (2013).
- Aristóteles. "Política." Nova Vega, 2ª edição (2016)
- Association of Social Anthropologists of the UK and the Commonwealth (ASA). "Ethical guidelines for good research practice, (1999).
- Banks, Marcus, and Howard Morphy, eds. *Rethinking visual anthropology*. Yale University Press, (1999).
- Barbosa, Andréa. "Imagem, Pesquisa e Antropologia." *Cadernos de Arte e Antropologia* 3.2 (2014): 3-8.
- Barnard, David. "Chronic illness and the dynamics of hoping." *Chronic illness: From experience to policy* (1995): 38-57.

- Barrett, Robert J. *The psychiatric team and the social definition of schizophrenia: An anthropological study of person and illness*. Cambridge University Press, (1996).

- Biehl, João, Byron Good, and Arthur Kleinman, eds. "Madness and social suffering", *Subjectivity: ethnographic investigations.*" Vol. 7. Univ of California Press, (2007).

- Black, Henry Campbell, et al. *Black's law dictionary*. Vol. 196. St. Paul, MN: West Group, 1999.

- Canguilhem, Georges. "The Normal and the Pathological." New York: Zone Books (2007).

- Carapinha, L. "Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos." Lisboa, Corlito (2009).

- Casados, Ava T. "Reducing the stigma of mental illness: Current approaches and future directions", *Clinical Psychology: Science and Practice* (2017): 306-323.

- Cunha, Manuela Ivone P. da. *"Cultura, diversidade, diferenciação: Um guia elementar."* (2016).

- Código Civil Português, Decreto-Lei no. 47 344, de 25 de Novembro de 1966, actualizado até à Lei no. 85/2019, de 03/09.

- Erikson, Edward. "Adomizen: Discourses of Civic Erasure in the Help the Homeless Walkathon." *Journal of Integrated Social Sciences* 2.1 (2011): 128-147.

- Farmer, Paul, et al. "An anthropology of structural violence." *Current anthropology* 45.3 (2004): 305-325.

• Farmer, Paul. "On suffering and structural violence: A view from below." *Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts* 3.1 (2009): 11-28.

• Firmin, Ruth L., et al. "The Stigma Resistance Scale: A multi-sample validation of a new instrument to assess mental illness stigma resistance." *Psychiatry research* 258 (2017): 37-43.

• Frangella, Simone Miziara. "Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo." (2004).

• GEBALIS. "Caracterização Sociodemográfica, Quinta do Cabrinha." (2012).

• Goffman, Ervin. "Estigma. 4ª edição." *Rio de Janeiro: LTC* (1988).

• Good, Byron J. "Studying mental illness in context: Local, global, or universal?." *Ethos* 25.2 (1997): 230-248.

• Hollander, John. "It all depends." *Social Research* (1991): 31-49.

• Johnston, Barbara Rose, et al. "On happiness." *American anthropologist* 114.1 (2012).

• Kleinman, Arthur, A., Das, V., Lock, M., & Lock, M. M., eds. *Social suffering*. Univ of California press, (1997).

• Kleinman, Arthur, and Joan Kleinman. "The appeal of experience; the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our times." *Daedalus* (1996): 1-23.

• Kosyluk, Kristin, et al. "Examining the impact of This Is My Brave on mental illness stigma and willingness to seek help: a pilot study." *Community mental health journal* 54.3 (2018): 276-281.

• Larsen, John Aggergaard. "Finding meaning in first episode psychosis: Experience, agency, and the cultural repertoire." *Medical anthropology quarterly* 18.4 (2004): 447-471.

• Lévinas, Emmanuel. "Totalidade e infinito. Lisboa (PT): Edições 70; (2000).

• Lutz, Catherine, and Geoffrey M. White. "The anthropology of emotions." *Annual review of anthropology* 15.1 (1986): 405-436.

• MacDougall, David. "Ethnographic film: Failure and promise." *Annual Review of Anthropology* 7.1 (1978): 405-425.

• MacDougall, David. *Transcultural cinema*. Princeton University Press, (1998).

• Maluf, Sônia Weidner, and Ana Paula Müller de Andrade. "Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções." *Saúde e Sociedade* 26.1 (2017): 171-182.

• Martins, Humberto. "Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo." *Etnográfica* 17.2 (2013): 395-419.

• Martins, Humberto. "'Tu não és daqui... estás só aqui durante um tempo!': explorando os lados sombra de uma experiência de trabalho de campo." *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* 16.3 (2012): 525-546.

• Maté, Gabor. "Gabor Maté: How to Build a Culture of Good Health." *Yes Magazine* (2015).

• Maté, Gabor. *The Realm of Hungry Ghosts: Close Encounters with Addiction*. North Atlantic Books, (2008).

• Mathews, Gordon, and Carolina Izquierdo, eds. *Pursuits of happiness: Well-being in anthropological perspective*. Berghahn Books, (2008).

• Parker, Richard. "Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial." *Monteiro S, Villela W, organizadores. Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, (2013): 25-46.

• Phelan, Jo, et al. "The stigma of homelessness: The impact of the label" homeless" on attitudes toward poor persons." *Social psychology quarterly* (1997): 323-337.

• Pruyser, Paul W. "Maintaining hope in adversity." *Pastoral Psychology* 35.2 (1986): 120-131.

• Pussetti, Chiara, and Micol Brazzabeni. "Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo" *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* 15.3 (2011): 467-478.

• Rayburn, Rachel L., and Nicholas A. Guittar. "This is where you are supposed to be": how homeless individuals cope with stigma." *Sociological Spectrum* 33.2 (2013): 159-174.

• Rui, Taniele. "Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo." (2010): 801-808.

• Spradley, James P. "Doing participant observation." *JP Spradley, Participant observation* (1980): 53-84.

• Snow, David A., and Leon Anderson. "Identity work among the homeless: The verbal construction and avowal of personal identities." *American journal of sociology* 92.6 (1987): 1336-1371

- Tsao, Eugenia. "Primum Non Nocere. Evaluating and Amalgamating Competing Blueprints for a New Anthropology of Psychiatry." *Altérités: Revue d'anthropologie du Contemporain* 6, (2009): 66-76.

- Tsemberis, Sam. "Housing first: The pathways model to end homelessness for people with mental health and substance use disorders." *European Journal of Homelessness* 5.2 (2010)

- Walker, Harry, and Iza Kavedžija. "Values of happiness", *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 5.3, (2015): 1-23.

- Whitley, Rob. "Beyond critique: rethinking roles for the anthropology of mental health." *Culture, Medicine, and Psychiatry* 38.3 (2014): 499-511.

- Young, Allan. "Suffering and the origins of traumatic memory." *Daedalus* 125.1 (1996): 245-260.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 10 de Novembro de 2019

Declaro que o Trabalho de Projecto de André Duarte Leiria intitulado “Lisboa- É uma Casa, uma etnografia visual com pessoas que viveram na rua” se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Catarina Alves Costa Lisboa,



10 de Novembro de 2019

DECLARACOES

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigacao pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato

André Leiriz

Lisboa, 10 de Novembro de 2014

Declaro que este Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A coorientadora

Maria Manuel Cruz de Sousa Quintela

Lisboa, 10 de Novembro de 2014